

JENILCE PAVÃO ALMEIDA

MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**A GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ALIMENTAR DOS ALUNOS DO 5º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

PORTO, 2018

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

JENILCE PAVÃO ALMEIDA

MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

A GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ALIMENTAR DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

PORTO, 2018

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

JENILCE PAVÃO ALMEIDA

A GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ALIMENTAR DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, trabalho efetuado sob a orientação da **Professora Orientadora: Profª. Doutora Raquel Silva.**

Jenilce Pavão Almeida

Porto, 2018

RESUMO

A promoção de uma alimentação saudável deve ser considerada um eixo prioritário e, justamente por isso, o ambiente escolar é primeiro local onde as políticas públicas de educação alimentar e nutricional devem ser implantadas, visando proporcionar conhecimentos sobre a alimentação saudável para as crianças.

Para que isso ocorra, é fundamental que a escola tenha um processo de gestão de maneira democrática, no sentido de que todo o seu corpo organizacional intensifique estudos e projetos que visem alcançar a eficácia da escola nos mais variados aspectos e a alimentação saudável é algo de suma importância.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as ações dos gestores escolares em relação à Educação Alimentar no 5º ano das escolas de ensino fundamental no município de Raposa, Maranhão, Brasil. A metodologia utilizada constou de uma pesquisa bibliográfica, bem como uma pesquisa de campo, utilizando uma estrutura qualitativa e quantitativa, tendo como sujeitos 08 gestores, 08 supervisores e 16 professores.

Com relação aos gestores, os resultados apontaram que a maioria deles (62%) acharam relevante que o tema “Educação Alimentar” fosse inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, enquanto que 38% afirmaram não ser importante essa questão.

No que se refere aos supervisores, obteve-se como resposta dos inquiridos que 75% concordaram com a importância da inserção da temática em evidência no PPP da escola, ao passo que 25% negaram essa importância.

A maioria dos professores, na pesquisa, o que representa 62% dos inquiridos, afirmaram que participaram da elaboração do PPP, demonstrando que houve uma gestão democrática e participativa. Porém, obteve-se um percentual de 38% afirmando que não participaram. Ainda com referência aos professores, quando

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

perguntado sobre o trabalho com a temática, através da inclusão do tema nos seus planos de ensino e da realização de práticas pedagógicas diversificadas, 68% disseram que assim o fazem, mas, 32% responderam de forma negativa.

Palavras chave: Gestão Democrática. Educação Alimentar. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The promotion of healthy eating should be considered as a priority and, precisely because of this, the school environment is the first place where public policies of food and nutritional education should be implemented in order to provide knowledge about healthy nutrition for children.

For this to occur, it is fundamental that the school has a management process in a democratic way, in the sense that its entire organizational body intensifies studies and projects that aim at achieving school effectiveness in the most varied aspects and healthy eating is something short importance.

This work aims to analyze the actions of school managers in relation to Food Education in the 5th year of elementary schools in the city of Raposa, Maranhão, Brazil. The methodology used consisted of a bibliographical research, as well as a field research, using a qualitative and quantitative structure, having as subjects 08 managers, 08 supervisors and 16 teachers.

Regarding the managers, the results indicated that most of them (62%) found it relevant that the theme "Food Education" was inserted in the School's Political Educational Project (PPP), while 38% stated that this issue was not important.

As far as supervisors were concerned, 75% of the respondents agreed that it was important to insert the topic in the PPP of the school, while 25% denied this importance.

Most of the teachers, in the research, which represents 62% of the respondents, affirmed that they participated in the elaboration of the PPP, demonstrating that there was a democratic and participatory management. However, they obtained a percentage of 38% stating that they did not participate. Still with reference to teachers, when asked about the work with the theme, by including the theme in their teaching

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

plans and the realization of diverse pedagogical practices, 68% said that they do, but 32% answered in a negative way.

Keywords: Democratic Management. Nutrition education. Political Pedagogical Project.

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

Dedicatória

Ao meu marido e ao meu filho.

Aos meus pais.

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e presença constante em minha caminhada.

Agradeço à Prof^a Doutora Raquel Silva, minha orientadora e educadora, sempre disponível em atender-me com seus ensinamentos nos momentos mais difíceis e turbulentos dessa caminhada. Obrigada pelo apoio, pela motivação, durante todo o processo de construção desse trabalho.

Agradeço aos meus professores e colegas do mestrado, pelos conhecimentos compartilhados e pela gratificante convivência no decorrer do curso.

Agradeço a minha mãe, Vera Lúcia Pavão, pelo seu inestimável apoio e incentivo, o qual contribuiu de forma imprescindível para êxito deste trabalho.

Agradeço ao meu esposo, Glauco Henrique, pelo incentivo e amor com o qual motivou mais este passo na minha caminhada profissional.

Agradeço a minha irmã, Gecylene Pavão, pela escuta e discussão dos textos monográficos, sendo uma fiel companheira nesta jornada acadêmica.

À minha família, pelo incentivo para continuar na busca dos meus sonhos. Sem vocês, nada seria possível e nem se justificaria.

E todos os amigos que direta ou indiretamente me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
<i>Dedicatória</i>	viii
<i>Epígrafe</i>	ix
AGRADECIMENTOS	x
ÍNDICE GERAL	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xv
ÍNDICE DE QUADROS	xvi
LISTA DE SIGLAS	xvii
I - INTRODUÇÃO	18
II – REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 - A avaliação do estado nutricional	23
2.2 –As consequências da má alimentação	26
2.3 – A alimentação saudável	27
2.4 – A alimentação no ambiente escolar	34
2.5 – Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)	36
2.6 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	38
2.7 – O processo de Gestão do PNAE	39
2.8 – A gestão democrática escolar no desenvolvimento de políticas educacionais	41
2.9 – O conceito de gestão	42
2.10 – O princípio da gestão democrática na educação	44
2.11 – Interlocutores envolvidos numa gestão escolar democrática	47
2.12 – Participações necessárias para a efetivação da gestão democrática	49
2.13 – O Conselho Escolar	51
2.14 – As novas concepções de uma escola participativa	52
2.15 – A formação do gestor e sua eficácia no desenvolvimento democrático escolar	54
2.16 – O Projeto Político Pedagógico	58

III - METODOLOGIA.....	63
3.1 - Tipo de estudo.....	63
3.2 – Universo e população.....	64
3.3 – Alcance da investigação.....	64
3.4 - Amostra.....	64
3.5 – Procedimentos de análise e interpretação.....	65
IV - RESULTADOS.....	66
4.1 – Análise dos questionários aplicados aos gestores.....	66
4.2 - Análise dos questionários aplicados aos supervisores.....	73
4.3 - Análise dos questionários aplicados aos professores.....	79
V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	88
VI – PROPOSTA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	91
VII – CONCLUSÕES.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXOS.....	106
Anexo 1 – Carta de Apresentação.....	107
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	108
Anexo 3 – Questionário aplicado aos gestores das escolas.....	110
Anexo 4 - Questionário aplicado aos supervisores das escolas.....	111
Anexo 5 - Questionário aplicado aos professores das escolas.....	112
Anexo 6 – Ofícios de apresentação da pesquisadora às escolas.....	113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Conhecimento dos gestores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas.....	67
Gráfico 2 –	Conhecimento das políticas municipais desenvolvidas no município de Raposa/MA para educação alimentar nas escolas.....	68
Gráfico 3 –	Importância da educação alimentar no currículo escolar.....	68
Gráfico 4 –	Conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP.....	60
Gráfico 5 –	Conhecimento sobre se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP das escolas.....	70
Gráfico 6 –	Participação dos gestores em cursos sobre educação alimentar.....	70
Gráfico 7 –	Conhecimento dos princípios da gestão democrática nas escolas	71
Gráfico 8 –	Aplicação dos princípios fundamentais que regem uma gestão escolar democrática.....	71
Gráfico 9 –	Existência de reuniões e debates sobre a temática “Educação Alimentar” junto aos conselhos escolares.....	72
Gráfico 10 –	Conhecimento dos supervisores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas.....	74
Gráfico 11 –	Conhecimento das políticas municipais desenvolvidas no município de Raposa/MA para educação alimentar nas escolas.....	74
Gráfico 12 –	Importância da educação alimentar no currículo escolar.....	75
Gráfico 13 –	Conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP.....	76
Gráfico 14 –	Conhecimento sobre se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP das escolas.....	76
Gráfico 15 –	Participação dos supervisores em cursos sobre Educação Alimentar.....	77
Gráfico 16 –	Conhecimento dos princípios de gestão democrática na escola.....	77
Gráfico 17 –	Aplicação dos princípios fundamentais que regem uma gestão escolar democrática.....	78
Gráfico 18 –	Existência de reuniões e debates sobre a temática educação	

	alimentar junto aos conselhos escolares.....	79
Gráfico 19 –	Conhecimento dos professores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas.....	81
Gráfico 20 –	Conhecimento das políticas municipais desenvolvidas no município de Raposa-MA para a educação alimentar nas escolas.....	82
Gráfico 21 –	Participação dos professores na elaboração do PPP das escolas.....	82
Gráfico 22 –	Conhecimento sobre se a educação alimentar é tema recorrente do PPP das escolas	83
Gráfico 23 –	Inserção da temática educação alimentar nos planos de ensino dos professores.....	84
Gráfico 24 –	Desenvolvimento de práticas pedagógicas de educação alimentar nas salas de aulas.....	84
Gráfico 25 –	Práticas pedagógicas desenvolvidas em relação à temática educação alimentar.....	85
Gráfico 26 –	Importância sobre o desenvolvimento do tema “educação alimentar” junto aos alunos e a comunidade escolar	86
Gráfico 27 –	Você observa na gestão escolar da sua escola uma preocupação com a educação alimentar?	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Pirâmide alimentar	29
Figura 2 – Informações para a obtenção de uma dieta balanceada.....	94

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 –	Disfunções da deficiência das vitaminas A, B, C e D.....	32
Quadro 2 –	Caracterização dos gestores	66
Quadro 3 –	Caracterização dos supervisores	73
Quadro 4 –	Caracterização dos professores	79

LISTA DE SIGLAS

CAE	- Conselho de Alimentação Escolar
DCNT	- Doenças Crônicas Não-Transmissíveis
DHAA	- Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	- Educação Alimentar e Nutricional
EE	- Entidade Executora
EG	- Estratégia Global
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	- Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPP	- Projeto Político Pedagógico
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

I - INTRODUÇÃO

É notório que as mudanças no padrão alimentar na sociedade vêm se modificando no decorrer do tempo, principalmente por conta do desenvolvimento industrial e urbano, causando transformações no estilo de vida das pessoas que influenciam diretamente na saúde dos indivíduos. Essas mudanças de padrões alimentares são visivelmente notórias, quando as pessoas substituem os alimentos tradicionais por produtos condimentados e industrializados, que normalmente são de fácil manuseio e preparo. Essas questões transitórias nos padrões alimentares ocorrem em todo o mundo e são reconhecidas como alimentação de transição, que designa a passagem de uma absorção de alimentos de rico valor nutricional, como grãos e tubérculos para uma alimentação à base de processos industriais, rica em gorduras saturadas e açúcar (Moratoya *et al*, 2013).

Os hábitos alimentares refletem a imagem das pessoas, além dos aspectos físicos, há a questão da mente que se torna refém da própria alimentação, dessa forma, é importante ter hábitos alimentares saudáveis logo na infância e que sejam enriquecidos em cada fase do processo de desenvolvimento humano. É a partir da infância que as crianças já começam a ter suas preferências alimentares e, dessa forma, é de responsabilidade da família e da escola, quando a criança estiver nessa fase, incentivar para que elas tenham o melhor desempenho possível em termos de saúde, além de que fatores genéticos e hereditários interferem muito nesses hábitos (Maratoya *et al*, 2013).

Quando a criança inicia um processo de frequentar outros ambientes, que não seja a própria família, tais como a escola, creches e até mesmo outros ambientes familiares que não sejam o seu, ela sofre grande influência das mais variadas formas, pois ao ter contato com outras pessoas, estas tendem a levá-los para outros comportamentos, tanto no que se refere à sociabilidade, quanto aos padrões alimentares que, muitas vezes, podem trazer graves consequências.

A alimentação e a nutrição são configuradas como direitos fundamentais da pessoa humana, como requisitos básicos para a manutenção e promoção da boa saúde e

qualidade de vida digna, contudo, essa questão não é de todo garantida no país. A promoção de uma alimentação saudável deve ser considerada um eixo prioritário e, justamente por isso, o ambiente escolar é o espaço típico para que sejam criados documentos que ensejem políticas públicas consistentes para que se possa solucionar esse problema que envolve a alimentação e garantir uma boa saúde para as crianças (Calvo, 2013).

É muito importante ressaltar que a promoção da alimentação saudável, de modo geral, deve prever um escopo amplo de ações, contemplando a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, com a introdução da alimentação complementar em tempo oportuno e de qualidade, respeitando-se a identidade cultural e alimentar das diversas regiões brasileiras (Brasil, 2010).

Sabe-se que o processo de democratização nas instituições públicas do Brasil se iniciou a partir da década de 1980, adquirindo *status* e relevância nas Políticas Públicas somente nos idos dos anos 1990, quando, então surgiram em abundância inúmeras pesquisas de cunho acadêmico, as quais se pautaram em análises de Políticas Públicas, dentre outros assuntos. Importa destacar que alguns destes estudos tiveram como propósito especial veicular a implantação da verdadeira democracia no seio de uma escola pública, que ainda se ressentia de um longo período de ditadura militar.

Assim, ressalte-se que, nos meados dos anos 1980, houve acirrados debates entre os teóricos da área conservadora e os da área progressista, ampliando-se a temática da democratização da Educação, cujo foco especial foi a Gestão Democrática, debates estes que aconteceram no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, como também no Congresso Constituinte de 1986.

Cabe ressaltar que, historicamente, as gestões escolares, por força de todo um contexto pretérito, ainda tem se prendido às funções burocráticas, anteriormente requeridas, mas que hoje já não satisfazem às exigências de uma sociedade democrática. Desta forma, a sociedade tem procurado as mais variadas formas para promover ações de saúde aos indivíduos, tanto em nível primário, quanto secundário, e dentre essas

ações encontram-se as diretrizes trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam de temas como a Saúde, incluindo-se neste a alimentação como um dos elementos prioritários. Os Parâmetros Curriculares da área de saúde apregoam que este tema seja tratado de forma transversal no ensino fundamental, daí serem denominados como temas transversais.

A gestão escolar democrática é um tema que, ao longo destas duas últimas décadas, vem acirrando os debates entre teóricos de diversas áreas e educadores, concretizando-se na Lei das Diretrizes Básicas nº 9394/96, a qual apregoam dois princípios fundamentais e importantes para a gestão escolar, especificamente no artigo 14, incisos I e II, os quais determinam a participação dos profissionais da Educação na elaboração da proposta pedagógica da escola, como também assegura aos pais, alunos e representantes da sociedade civil, igualmente participação nos Conselhos Escolares (Brasil, 1996).

Em outro documento importante, a Constituição Federal de 1988, mais precisamente no seu artigo 206, inciso VI, encontra-se a determinação de que nas escolas públicas sejam promovidos processos de gestão democrática (Brasil, 1988). Contudo, o que se tem observado ao longo destes anos, através de vivências em escolas públicas, foi a existência de gestões versus “gestões democráticas utópicas”, as quais são implantadas por políticas educacionais, onde, na maioria das vezes, não têm trazido os resultados esperados para que se possa promover o salto qualitativo na Educação do país.

Tendo em vista esse quadro, surgiu a inquietação na qualidade de pesquisadora, professora e nutricionista, a qual motivou o presente estudo, principalmente no tocante às políticas educacionais da área alimentar, gestadas pelos órgãos oficiais do Brasil e mais especificamente do Estado do Maranhão. Esta preocupação decorre, principalmente, com a forma como essas Políticas Públicas relacionadas à alimentação vêm sendo executadas no interior das escolas e se sua aplicabilidade conta com a interveniência dos gestores escolares. Igualmente, não há como desconhecer, enquanto profissional da área da Educação e também da Nutrição, que são muitas as dificuldades encontradas para um trabalho de forma interdisciplinar,

com temáticas como esta, por envolverem variados aspectos da vida humana como alimentação, nutrição, educação em saúde, pluralidade cultural, ética e questões relacionadas ao meio ambiente. Acredita-se, assim, que mesmo pessoas especializadas possam encontrar dificuldades para trabalhá-la, e, em vista disto, concedem informações que, por vezes, mais confundem o fazer pedagógico nessa área do que propriamente fornecem ajuda, principalmente para o professor que a trabalha em sua práxis pedagógica.

Assim, neste estudo, compreende-se e concebe-se a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como sendo a adoção de práticas e comportamentos em relação à alimentação do indivíduo. Nesta premissa, Pipitone (1994, p. 48) considera que a “Educação Nutricional é definida como uma prática tradicionalmente desenvolvida com base na integração entre saúde e educação”. Nesse diapasão, Motta e Boog (1991) afirmam que a educação nutricional tem por objetivo formar atitudes e práticas, as quais possam conduzir o indivíduo à melhoria de sua saúde.

Entretanto, é importante ressaltar que, para a promoção da saúde, não basta apenas a implantação de políticas de alimentação nas escolas, executadas apenas com caráter alimentar e de forma acrítica, mas, sim, a adoção de políticas concretas em EAN. Sendo assim, faz-se necessário que haja, nas escolas, uma educação alimentar e nutricional crítica, a qual esteja inserida nas práticas curriculares por meio de processos didático-pedagógicos, orientados e construídos coletivamente pelos educadores com a participação direta e colaborativa dos gestores destas instituições.

Sob esse fundamento, questiona-se: Qual a percepção dos gestores escolares quanto às dimensões política e pedagógica da Educação Alimentar?

Em resposta a essa questão problema, este trabalho teve como objetivo geral analisar as ações dos gestores escolares em relação à Educação Alimentar no 5º ano das escolas de ensino fundamental no município de Raposa, Maranhão, Brasil.

Para tanto, os objetivos específicos são:

i) descrever quais são as percepções sobre educação alimentar dos gestores, supervisores e professores nas escolas estudadas; ii) identificar se nos projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas encontram-se contempladas as temáticas sobre educação alimentar; iii) realizar um levantamento sobre as ações de educação alimentar que estão sendo desenvolvidas nas escolas estudadas e iv) caracterizar se o processo de gestão democrática viabiliza de maneira eficaz a implementação das Políticas Públicas relacionadas à Educação Alimentar nas escolas no município de Raposa, Estado do Maranhão.

II - REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - A avaliação do estado nutricional

É notório que em todo o mundo as mudanças nos padrões alimentares da população são um fato preocupante, pois evidencia-se o aumento da ocorrência de desnutrição em crianças e adolescentes em um ritmo bastante acelerado, tendo como consequência o aumento do sobrepeso e obesidade, principalmente. As condições da vida cotidiana, às quais os indivíduos são expostos desde a concepção até a vida adulta, são fatores que influenciam de forma direta o alcance ou não do seu potencial energético, na medida em que o processo de crescimento é determinado por fatores intrínsecos ou ambientais onde se podem destacar a alimentação, a saúde, a higiene, a habitação e os cuidados gerais com a criança que são atuantes e podendo acelerar ou retardar o processo de crescimento (Urrestarazu, Ribeiro & Sigulem, 2015).

Os problemas resultantes de uma má alimentação, principalmente na infância e na juventude são considerados uma questão de Saúde Pública, visto que a sua elevada e crescente prevalência está associada a riscos para a saúde no futuro, sendo necessário ter o conhecimento sobre os padrões de normalidade e implementar estratégias para vencer esse desafio que é considerado um problema de escala mundial, principalmente nas populações mais jovens (Santos & Horta, 2014).

Para que seja evidenciado um crescimento saudável progressivo e para que a criança desenvolva suas aptidões psicomotoras e sociais, o estado nutricional desta tem um papel fundamental, pois as alterações de *déficit* ou excesso expõem-na a riscos potenciais de agravos à saúde, bem como a futuros problemas de relações interpessoais e funcionais dentro da comunidade (Santos & Leão, 2018).

O estado nutricional é um instrumento de diagnóstico e um importante marcador da qualidade de vida dos indivíduos, pois as suas alterações são fatores que favorecem o aumento da morbimortalidade. Sua característica está no resultado do equilíbrio entre a ingesta e as necessidades nutritivas, podendo ser avaliado, tanto por

métodos convencionais e não convencionais que permitem a avaliação do crescimento e da composição corporal, além da identificação dos indivíduos com risco de apresentar complicações relacionadas ao seu estado nutricional e monitoramento da eficácia e efetividade das intervenções necessárias ou dietoterápicas (Acuña & Cruz, 2014; Duarte, Paludo, Lemos & Moreira, 2017).

A avaliação do estado nutricional é um procedimento importante no estudo da criança para que se possam fazer as verificações necessárias sobre o seu crescimento e se este está dentro dos padrões de normalidade ou está se afastando do padrão esperado, seja por questões de doenças seja por condições sociais desfavoráveis. O seu objetivo, portanto, é verificar o crescimento e as proporções corporais em um indivíduo ou em uma comunidade, objetivando o estabelecimento de procedimentos de intervenção. Dessa forma, quanto maior o número de populações ou indivíduos que sofrem um processo de avaliação, e quanto mais seriadas são essas avaliações, maiores intervenções poderão ser aplicadas e, desta forma, alcançar a melhoria da qualidade de vida de determinada população no seu todo. Não há como minimizar a desnutrição populacional se ela não sofrer um processo de diagnóstico de forma adequada (Melo, 2013).

Trata-se de um instrumento diagnóstico, pois faz a medição de várias condições nutricionais do organismo, determinadas pelos processos de ingestão, absorção, utilização e excreção de nutrientes, o que implica determinar o estado nutricional resultante do balanço entre a ingesta e a perda de nutrientes. O estado nutricional de uma população é um excelente indicador de sua qualidade de vida (Melo, 2013).

Os fatores de influência de práticas alimentares dos indivíduos adultos são adquiridos na infância e na adolescência e o comportamento alimentar nessa fase dependerá de alguns fatores internos e externos influentes de uma ou outra forma, direta ou indiretamente nessa faixa etária. Dos fatores externos, são considerados a família desses indivíduos e suas características, as atitudes dos pais e amigos, normas e valores socioculturais, mídia, *fast foods* e preferências individuais na ingestão de determinados alimentos. Já os fatores internos dizem respeito às questões psicológicas de grupo, tais

como imagem corporal, experiências pessoais, autoestima, preferências alimentares, saúde e desenvolvimento psicológico. Importa destacar que o hábito alimentar no aspecto individual se dá conforme esses fatores e ao sistema político, econômico e social, também pela acessibilidade de alimentos, produção e distribuição ao estilo de vida (Vitolo, 2018; Santos & Horta, 2014).

Assim sendo, é fundamental o conhecimento da situação em que se encontra a população na fase de infância e adolescência, pois, a partir dessa fase da vida é que se poderão efetivar ações de intervenção, sendo uma etapa mais propícia para a aquisição de hábitos mais saudáveis e, desta forma, contribuir para uma melhor qualidade de vida logo a partir dos primeiros anos de vida (Sabry *et al*, 2017).

Nas crianças, de forma particular, o estado nutricional é considerado um elemento importante para a avaliação das condições de vida e saúde dessa população, sendo resultante do consumo alimentar relacionado às necessidades nutricionais. Dessa forma, a inadequação no consumo de alimentos pode levar à desnutrição, ou por excesso, resultando na obesidade (Crispim, Franceschini, Priore & Fisberg, 2013).

Sabe-se que a nutrição é a base para todos os processos fisiológicos e patológicos. Afinal, nenhum fenômeno orgânico que está ou não inserido nos parâmetros da normalidade, ocorre sem que haja um componente nutricional relacionado. Desta forma, a avaliação do crescimento e do estado nutricional de crianças através dos indicadores antropométricos torna-se indispensável, pois apresenta as estimativas da prevalência e gravidade dos distúrbios nutricionais, dando suporte na definição de prioridades, planejamento, implementação e avaliação dos programas e políticas públicas em uma localidade ou ambiente institucional, a exemplo da escola (Santos, 2015).

Dos procedimentos que se referem à promoção da saúde com o objetivo de prevenção e tratamento de doenças de maneira precoce, sugere-se a avaliação do estado nutricional das crianças e, desta forma, a antropometria é o método mais simples e bastante eficaz, pois apresenta os indicadores da variação das dimensões físicas e a

composição global do organismo, nas diferentes faixas etárias e em diferentes níveis de desvio nutricional (Miranda *et al*, 2013).

2.2 - As consequências da má alimentação

Organização Mundial da Saúde (OMS), no início dos anos 2000, deu ênfase ao reconhecimento acerca da gravidade do processo de transição epidemiológico-nutricional, considerando a má nutrição, nas formas da obesidade e da subnutrição, caracterizada pelo formato da obesidade e da desnutrição, como sendo os principais causadores de doenças, atingindo muitas pessoas, principalmente crianças e adolescentes em diversas partes do mundo, em especial os países em desenvolvimento como o Brasil (OMS, 2004).

Esse cenário epidemiológico-nutricional da população mundial tem como fator imediato a má alimentação, caracterizada pelo consumo maior de alimentos hipercalóricos e pouco nutritivos, com alto teor de gordura, açúcares e sal; associados a menor atividade física em casa, na escola e no trabalho, assim como na recreação e nos deslocamentos. Esses hábitos são observados inclusive nas crianças e nos adolescentes, o que constitui um motivo de especial preocupação para as políticas públicas (OMS, 2004).

Por conta dessa realidade agravante, a OMS lançou, em 2004, a Estratégia Global (EG) de alimentação saudável, atividade física e saúde, através de propostas de ações de prevenção de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), a serem executadas em conjunto, tanto a nível local, nacional e mundial, pontuando as seguintes diretrizes:

(...) promover a consciência e o conhecimento geral acerca da influência da alimentação saudável e da atividade física em saúde, assim como de potencializar as intervenções de prevenção” (...) e orienta para o fortalecimento das “diretrizes nacionais em matéria de alimentação e de educação nutricional e de outras intervenções de saúde pública, assim como a colaboração intersetorial [...] (OMS, 2004, p. 8).

Contudo, mesmo com a adoção dessas políticas, a OMS publicou, em 2008, outro informativo, dando destaque para o avanço das DCNTs, responsáveis por um grande número de óbitos como uma das maiores causas de mortalidade em todo o mundo. Por conta da falta de hábitos alimentares saudáveis, no grupo de crianças com menos de cinco anos de idade, 17,6 milhões de crianças já estavam acometidas de DCNTs, principalmente no quesito sobrepeso e obesidade (OMS, 2004).

No contexto brasileiro, nos últimos 50 anos, o perfil epidemiológico e nutricional tem-se apresentado de igual modo ao de outros países. Mesmo com a redução de casos mais sérios de desnutrição, o Brasil se vê diante de um aumento considerável de DCNTs e com uma emergência da obesidade. Isso se verifica principalmente nas camadas populacionais menos favorecidas economicamente, resultantes dos desequilíbrios nutricionais. Mesmo considerando-se que a obesidade e desnutrição são questões antagônicas, esta matéria encontra-se em um mesmo grupamento social, constituindo-se em um paradoxo para as Políticas Públicas (Batista & Rissin, 2018).

Em vista dessa transição a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que anteriormente era voltada para o combate da desnutrição, reestruturaram-se como uma política no âmbito da saúde, estabelecendo uma diretriz voltada para a promoção da alimentação saudável, como forma de conter o avanço dos desequilíbrios alimentares e nutricionais e as consequências destas para a saúde (Brasil, 2013).

2.3 - A alimentação saudável

A qualidade de vida no cotidiano da sociedade contemporânea marcada pelo alto índice de sedentarismo é tema relevante, apesar de não se ter uma definição concreta dessa expressão, pois é uma questão individual. Porém, de maneira geral, pode-se dizer que a qualidade de vida envolve uma série de fatores, dentre eles uma boa alimentação (Amaral, 2018). Assim, “a formação de hábitos alimentares saudáveis é um processo que se inicia desde o nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos primeiros anos de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela formação dos mesmos”

(Amaral, 2018, p. 1).

Um bom nível alimentar se caracteriza pela manutenção do organismo em estado de boa saúde, que consiste em uma dieta devidamente equilibrada contendo uma variedade de nutrientes com múltiplas funções (Monteiro & Costa, 2014).

Dartora, Valduga e Venquiaruto (2016, p. 201) por sua vez reiteram que: “(...) a nutrição é um fator essencial na manutenção da saúde. Através de refeições balanceadas constitui um dos recursos utilizados pela medicina preventiva, alicerçados a outros para determinar uma vida saudável e duradoura”.

Neste contexto, para que se possa estar consciente da alimentação como fator relevante e necessário para a melhoria da qualidade de vida, fazem-se necessárias políticas de incentivo à promoção da saúde a partir da Educação Nutricional tornando-se, portanto, uma necessidade atual. Não há porque falar de modismos, mas dar importância à verdadeira conscientização através de hábitos alimentares corretos, ou seja: a ingestão de alimentos necessários, em quantidades adequadas, no momento certo e por meio desta disciplina alimentar alcançar os benefícios satisfatórios para a saúde do corpo e, desta forma, contribuir para a aquisição de uma boa qualidade de vida (Amaral, 2018).

Da mesma forma, o Consea (2004, p. 91) afirma que:

A alimentação e nutrição adequadas constituem direitos fundamentais do ser humano. São condições básicas para que se alcance um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, fator determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Se for verdade que, muitas vezes, a falta de recursos financeiros é o maior obstáculo a uma alimentação correta, também é fato que ações de orientação e educativas têm um papel importante no combate a males como a desnutrição e a obesidade. Ao chamar a atenção de crianças e adolescentes para os benefícios de uma alimentação equilibrada, a escola dá a sua contribuição para tornar mais saudável a comunidade em que se insere.

Tudo isso posto, é correto afirmar que o comportamento alimentar de um

indivíduo nos primeiros anos de vida, reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos. Através da atenção e dos cuidados, pode-se promover uma melhor expectativa de vida futura. Cumpre destacar que uma criança não pode ficar muito tempo sem uma alimentação adequada, pois é uma dependência natural para o seu pleno desenvolvimento e gozo da boa saúde; assim, deve-se estar precavido para uma alimentação balanceada (Zancul, 2014).

O organismo necessita de uma alimentação adequada, é nesta que se encontram todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento do corpo, o que implica na obtenção de energia para a construção e o desenvolvimento das células de reparo de componentes celulares para que sejam reguladas normalmente as funções e prevenção de várias doenças (Gowdak & Martins, 2016).

É certo que uma alimentação bem equilibrada é rica em alimentos saudáveis fundamentais para se levar uma vida plena em harmonia, todavia, a população, de modo geral, não consegue fazer a distinção em alimentos mais saudáveis daqueles que são mais prejudiciais à saúde. Uma alimentação completa é aquela onde são ingeridas porções de cada tipo de alimento, de preferência pratos com diversidade de cores. Deve ser rica em antioxidantes e pobres em gorduras, principalmente as gorduras saturadas, conforme mostrada na Figura 1 (Zancul, 2014).



Figura 1 – Pirâmide alimentar

Fonte: Freitas (2015).

A pirâmide alimentar é uma fonte orientadora de como se deve ingerir em menor ou maior quantidade os alimentos e que, ao segui-la, o indivíduo terá um nível de vida com melhor qualidade, principalmente quando se está em processo de crescimento, como é o caso das crianças. Dessa forma, nas refeições diárias deverá estar incluída uma variedade de alimentos, tais como carnes, verduras, legumes e cereais (Freitas, 2015).

Os alimentos são classificados em um grupo básico onde há a necessidade de porções certas para cada um deles:

- i) **PROTEÍNAS:** São alimentos de construção ou reparação essenciais para a renovação das células gastas e constroem novos tecidos;
- ii) **CARBOIDRATOS:** São energéticos, ou seja: a principal fonte de energia do corpo, onde este recebe as calorias que são gastas nas atividades diárias;
- iii) **GORDURAS OU ÁCIDOS GRAXOS:** São considerados também como energéticos e transportadores de determinadas vitaminas essenciais ao organismo;
- iv) **VITAMINAS:** São os reguladores do organismo, cuja função é manter o organismo funcionando de maneira equilibrada;
- v) **MINERAIS:** Do mesmo modo que as vitaminas exercem a função de regulação. São ativos em todo o organismo e seu objetivo é manter em equilíbrio as funções vitais do sistema nervoso, além de todo o organismo (Freitas, 2015).

As proteínas têm a função de construir, ajudando na formação de pequenas partes que, ao se unirem constituem o corpo humano. É um grupamento químico complexo composto de carbono, hidrogênio e oxigênio e tem, como elemento essencial, o nitrogênio, que constitui 16% da proteína. O nitrogênio, em conjunto com outros elementos, são formadores dos aminoácidos e podem ser encontrados nos alimentos, tanto de origem animal como vegetal (Amaral, 2018).

Já os carboidratos são os chamados energéticos produtores de calor e energia que contêm uma quantidade considerável de açúcares, sendo o principal fornecedor de energia para o corpo humano. Através da sua ingestão, estes são convertidos em glicose, fonte utilizada pelas células para a produção de energia. Quanto à ingestão excessiva dos carboidratos, esse excesso se transforma em gorduras que vão se acumulando nos tecidos (Freitas, 2015).

Os carboidratos são os fornecedores básicos de energia de que o corpo necessita, formados por átomos de carbono, hidrogênio e oxigênio; são encontrados geralmente em alimentos como massas, doces, arroz, pães, farinhas e biscoitos, considerados um conjunto de substâncias químicas constituídas de moléculas simples, denominadas sacarídeos que, ao se combinarem, constituem os principais tipos de carboidrato: açúcares e amidos (Amaral, 2018). Então, “os carboidratos devem ser a base de nossa pirâmide alimentar. Eles sustentam a vida, mantendo nosso corpo ativo e aquecido. Nosso cérebro é ativado pela glicose, sem ela o cérebro falha. Só nosso cérebro consome cerca de 25% da energia do organismo” (Freitas, 2015, p.47).

Dessa forma, a ingestão de carboidratos deve ser frequente, diária e em quantidades necessárias para que se mantenham as reservas corpóreas de glicogênio, que são relativamente limitadas.

No que tange às gorduras, estas são compostos orgânicos caracterizados por um conjunto de substâncias como o carbono, hidrogênio e oxigênio (ácidos graxos e o glicerol). São fontes de energia de alta concentração e utilizadas para acionar as reações químicas do organismo. Neste sentido, tem-se que:

Existem gorduras boas e essenciais, que são benéficas ao coração e sistema cardiovascular, bem como ao cérebro. E há gorduras prejudiciais, as quais devemos conhecê-las para evitá-las. As gorduras boas geralmente são de origem vegetal, de sementes, nozes e azeita de oliva. Também há excelentes gorduras de certos peixes, que são chamadas de ômega – 3. (Freitas, 2015, p.49).

Assim, as gorduras são fontes bem concentradas de energia nos alimentos que estão disponibilizadas na forma líquida ou sólida. Todas são combinações de ácidos graxos saturados e insaturados. As gorduras totais representam a quantidade de lipídios saturados e insaturados do produto. Elas estão presentes geralmente nos alimentos de origem animal sendo que, as gorduras saturadas são prejudiciais, pois são causadoras de problemas cardiovasculares e tendem a aumentar as taxas de colesterol e de triglicérides. Essas gorduras saturadas encontram-se normalmente nas carnes gordas, manteigas, queijos e, dessa forma, é mais coerente optar por produtos com uma menor

quantidade de nutrientes (Zancul, 2014).

As gorduras “trans” são produzidas industrialmente através da modificação da estrutura do ácido graxo; assim sendo, também devem ser consumidas com muita moderação, pois poderão causar doenças cardiovasculares. Esses nutrientes são encontrados principalmente em produtos industrializados, como biscoitos recheados e salgadinhos de pacote (Amaral, 2018).

Os alimentos que regulam o organismo são as vitaminas e os minerais e são fundamentais para que o organismo funcione em equilíbrio e, apesar de não fornecerem energia para o corpo, mantêm-no em perfeita harmonia, garantindo o funcionamento perfeito da máquina orgânica, sendo encontradas em alimentos naturais, tais como o leite, ovos, carnes, legumes, frutas e verduras (Zancul, 2014). Destarte, “vegetais, como verduras e frutas, costumam ser ótimas fontes de vitaminas. Devem ser consumidos, sempre que possíveis crus, já que a maior parte das vitaminas é sensível ao calor e acabam sendo destruídas quando o alimento é cozido (Silva Júnior, 2013, p. 41).

Assim, as vitaminas regulam o organismo, pois as reações químicas processadas no corpo humano são dependentes delas e, quando o organismo tem deficiência de vitaminas, as reações processadas ocorrem com maior lentidão, podendo até ficarem bloqueadas, resultando em disfunções de maior ou menor complexidade, conforme mostrado no Quadro 1.

DEFICIÊNCIA	DISFUNÇÕES	FONTES ALIMENTARES
Vitamina A	Visão deficiente	Cenoura, leite, ovo, manteiga, queijo, óleo de fígado de bacalhau.
Vitamina B	Cansaço e falta de apetite	Verduras, ovo, fígado de boi, arroz integral, trigo
Vitamina C	Escorbuto	Acerola, limão, laranja, abacaxi, caju, maracujá
Vitamina D	Raquitismo ou alterações no desenvolvimento ósseo	Ovo, óleo de fígado de bacalhau, leite e peixe

Quadro 1 – Disfunções da deficiência das vitaminas A, B, C e D

Fonte: Veiga (2015).

A vitamina 'A' tem relação direta com a visão, também conhecida como vitamina antixeroftálmica e a sua deficiência resulta na xeroftalmia que é o ressecamento da córnea e cegueira noturna. A deficiência de vitamina 'B' causa lesões nos nervos, aspereza e secura da pele e diarreia. Essa vitamina possui substâncias diferentes e várias delas tem relação direta com o funcionamento da célula (Silva Júnior, 2013).

Já a vitamina 'C', é frágil e sensível à luz, à temperatura e ao oxigênio do ar. Em um suco de laranja, por exemplo, após um período de 15 a 20 minutos depois do preparo, perde o seu conteúdo. Ela se perde, em sua totalidade, nas verduras, quando estas são cozidas. Ela tem propriedades antiescorbúticas, ou seja, a sua falta ocasiona o escorbuto. É importante para as cicatrizações dos tecidos e para o funcionamento das células. Já a vitamina 'D' é fabricada em nossa pele sob os efeitos dos raios solares e, por meio da ingestão de outros alimentos, a sua absorção pelos alimentos se faz pelo intestino, onde há absorção de cálcio, sendo importante para os ossos, a sua falta ocasiona o raquitismo (Silva Júnior, 2013).

Para o funcionamento do organismo de maneira bem equilibrada, são necessários os minerais, tendo a função mais estrutural (formação dos ossos) ou reguladora. Nenhum alimento contém todas as vitaminas, minerais, nutrientes, dentre outros. Por isso, é importante o consumo de vários alimentos. Já os minerais estão presentes tanto nos alimentos de origem vegetal como animal (Peixinho, 2017).

Não se pode esquecer jamais da água, que consiste em um nutriente indispensável ao funcionamento do organismo; a ingestão de, no mínimo, dois litros diariamente é altamente recomendada. Ela desempenha papel fundamental na regulação de muitas funções vitais do organismo, incluindo regulação da temperatura, transporte de nutrientes e eliminação de substâncias tóxicas. Recomenda-se a ingestão de seis a oito copos de água por dia (Peixinho, 2017).

2.4 - A alimentação no ambiente escolar

É notório que a escola é o ambiente onde os indivíduos passam a maioria do tempo, principalmente no processo de formação inicial. Nela os indivíduos convivem, aprendem e executam suas mais variadas tarefas. Assim sendo, como ambiente natural de aprendizagem, torna-se o local mais apropriado para o desenvolvimento de ações relacionadas à promoção da saúde, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis, atingindo os estudantes nas etapas mais influenciáveis da sua vida, seja na infância ou na adolescência. É nela que as crianças, nas séries iniciais, realizarão suas refeições, fazendo escolhas que revelarão suas preferências e seus hábitos alimentares (Fernandes, 2016).

Então, é importante e necessário que a gestão escolar, em conjunto, perfazendo um processo democrático, tenha o devido preparo para que as diretrizes e práticas de uma alimentação saudável tenham um resultado eficaz. Tais diretrizes foram instituídas como um elemento a ser contemplado no PPP das unidades escolares. A construção desse projeto implica na participação dos profissionais da Educação e da comunidade escolar e local visando à articulação entre escola e comunidade para uma gestão democrática. O processo educativo, com ajuda da escola, será fundamental também para que a criança tenha ferramentas para fazer suas próprias escolhas. Este aprendizado alimentar será à base das escolhas futuras, sobretudo na adolescência, quando se inicia o processo de maior independência (Franques, 2017).

A infância é um período onde há um notório desenvolvimento das potencialidades humanas e, portanto, as disfunções ou distúrbios que ocorrem nessa fase da vida, são os causadores de graves consequências para os indivíduos e o ambiente onde eles estão inseridos. É nessa fase, portanto, que deverão ser formados muitos hábitos, dentre eles os alimentares, fornecidos a partir de influências genéticas e ambientais. O comportamento dos indivíduos, na fase adulta, que está relacionado com a alimentação infantil, é fonte geradora de resultados duradouros no comportamento alimentar das crianças até a vida adulta; e a conscientização no processo de introduzir uma alimentação saudável na rotina familiar ou no ambiente escolar faz com que a criança adquira cada vez mais hábitos saudáveis na sua alimentação (Brasil, 2009).

A pré-escola é o período de desenvolvimento que compreende a faixa etária entre dois e seis anos, onde a criança adquire habilidades essenciais para o seu pleno desenvolvimento e que se solidifica sua personalidade. No que diz respeito à nutrição, essa é uma fase que se caracteriza por um apetite inconstante e variado, ou seja: em um determinado dia pode ter muito apetite e em outros dias pode demonstrar total inapetência (Zveibrucker & Miraglia, 2012).

Quando a criança inicia a fase de pré-escola, ela já está na sua plenitude de maturidade dos órgãos e sistemas que intervêm na digestão, absorção e metabolismo nutricional. Portanto, é uma fase que faz parte de um conjunto que perfaz o processo de crescimento e desenvolvimento e elas ganham em média 2 kg de peso corpóreo, 5 a 6 cm de tamanho, porém, não se limita somente a isso, mas que se caracteriza por um complexo processo que abrange a dimensão corporal e quantidade de células, sofrendo influência de fatores genéticos, ambientais e psicológicos (Scarsi, 2010).

Dessa forma, ao se considerar a influência que o estado nutricional impõe no crescimento e desenvolvimento da criança, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, é importante que se realizem ações estratégicas de EAN, além de possibilitar a disponibilidade de refeições adequadas que forneçam todos os agentes nutritivos necessários ao melhor desenvolvimento da criança (Silva, Germano & Germano, 2015).

Assim, o ambiente escolar pode ser considerado um espaço estratégico para implementar ações de educação alimentar, na medida em que contempla uma estrutura organizada de ensino e aprendizagem, isto é, um ambiente típico para a troca de vivências de experiências alimentares que acabam sendo remetidas para o contexto familiar. Destaque-se, nesse contexto, o papel da gestão, qualificando o horário do lanche, pois o padrão da alimentação do pré-escolar é determinado por suas preferências alimentares (Paula, 2013).

Nesse sentido, ao se considerar a EAN como estratégia para promover hábitos alimentares saudáveis, acredita-se que a escola seja um espaço típico para o

desenvolvimento dessas ações. Para tanto, é necessário ter o conhecimento em nutrição para que se possa interferir nos hábitos alimentares saudáveis, onde a EAN pode ser incorporada ao currículo escolar, envolvendo professores, comunidade escolar e família, de forma a trazer informações sobre nutrição e aspectos relacionados aos alimentos (Ramos, Santos & Reis, 2013).

No entendimento de Franques (2017, p. 1).

A escola deve ser trabalhada no sentido educacional e vivencial, pois depois da família é a grande “formadora” na vida da criança e onde geralmente ela passa a maior parte de seu dia. O papel da escola consiste na formação do aluno como um todo e a educação alimentar deve estar inserida nesse contexto. A ela é dada a oportunidade de colocar a criança frente a uma reeducação alimentar, atividades físicas e mudanças comportamentais, em ambiente otimista, acolhedor e com possibilidade de cumplicidade entre todos os envolvidos.

Nesse sentido, a questão da Educação alimentar, no interior da escola, é ponto da párea da saúde que deve ser trabalhado, pois esse ambiente apresenta todas as questões favoráveis, em que se oportuniza o privilegio para estimular a formação dos hábitos alimentares saudáveis ou mesmo a reeducação dos desvios no que tange à alimentação. Para tanto, é necessário que os educadores mudem a realidade do ambiente escolar relativa à alimentação, visando estimular atividades pertinentes para que se torne um ambiente propício ao aluno para que estes tenham as condições necessárias para assumir uma postura crítica frente às informações e, conseqüentemente, os alimentos que chegam até eles (Franques, 2017).

2.5 - Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)

A alimentação e a nutrição formam um conjunto que visa promover e proteger a saúde, garantindo a plena afirmação do potencial de crescimento e desenvolvimento do organismo humano com a qualidade de vida necessária para o melhor desempenho de toda e qualquer atividade das pessoas, resultando em melhoria da qualidade de vida e cidadania. Em escala individual e coletiva, esses atributos estão consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais foram

posteriormente reafirmados no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e incorporados à legislação nacional em 1992.

A pacificação dos direitos humanos, em particular no que se refere à alimentação e nutrição, envolve responsabilidades tanto por parte do Estado, como também pela sociedade de maneira geral e dos próprios indivíduos de modo particular. Dessa forma, no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos está inserida a condição do ser humano de sujeito do desenvolvimento, a qual é explicitada, na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) (1986), nos seguintes termos:

Todos os seres humanos são responsáveis pelo desenvolvimento, individualmente e coletivamente, levando em conta a necessidade do respeito integral de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como suas obrigações para com a comunidade, que podem garantir a livre e completa realização do potencial humano (Valente, 2017, p.26).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi aprovada no ano de 1999 e por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação, sendo que quando completou dez anos de publicação da PNAN, deu-se início ao processo de atualização e aprimoramento das suas bases e diretrizes, de forma a consolidar-se como uma referência para os novos desafios a serem enfrentados no campo da alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2018).

A nova edição do PNAN foi lançada em 2011 e teve como propósito promover a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição, sendo organizada em diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no SUS com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição (Brasil, 2018).

Ao Estado, como poder-dever, cabe o respeito, a proteção, a facilitação e a ação de indivíduos e comunidades na busca da capacidade de alimentar-se dignamente, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade. Em situações adversas, onde pode inviabilizar o acesso ao indivíduo de ter uma alimentação saudável a exemplo de desastres naturais – seca, enchente, dentre outros – ou em situações estruturais de penúria, deve o Estado, sempre que necessário, juntamente com a sociedade civil organizada dar as garantias necessárias do direito ao ser humano à alimentação e nutrição de forma adequada. A ação do Estado, nessas situações, deve ser sempre associada a medidas que visem prover as condições para que os indivíduos, famílias e comunidades recuperem, dentro do mais breve espaço de tempo, a capacidade de produzir e ou adquirir sua própria alimentação (Valente, 2017).

2.6 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Brasil é o país da América Latina com a maior e a mais diversificada experiência em programas de alimentação e nutrição em escolas, onde é realizado, desde 1954, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que supre parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, ofertando uma ou mais refeições diárias, adequadas e seguras (Façanha *et al*, 2013; Silva, Martins, Oliveira & Miyasaka, 2013).

O PNAE é uma Política Pública presente no cenário nacional há mais de 50 anos e que representa um dos mais importantes programas de alimentação e nutrição do mundo, sendo o maior da América do Sul. Em termos da cobertura, o PNAE atenda, anualmente, 47 milhões de estudantes aproximadamente, e desde 2009 passou a atender a todos os estudantes do ensino básico da rede pública. Caracteriza-se, portanto, como um dos maiores programas de atendimento universal na área de educação no cenário mundial (Belik & Chaim, 2009).

É um dos mais antigos programas sociais mantidos pelo Governo Federal, cujo gerenciamento é feito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e CULTURA

(MEC). É considerado um dos maiores programas do mundo na área da alimentação escolar. Quanto ao Brasil, pelas suas dimensões continentais, a visão alimentar é complexa e distinta, sendo que os fatores geográficos influenciadores das culturas da diversidade dos povos, negros, indígenas e brancos, associada à religiosidade popular, o que caracteriza a diversidade dos hábitos alimentares locais das diferentes regiões do país (Peixinho, 2017).

Dessa forma, a sua efetividade consiste na oferta de um padrão alimentar saudável na escola, visando contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial, o aprendizado, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, através de ações de EAN. Com isso, fica estabelecido o pronto atendimento das demandas nutricionais dos alunos de maneira segura e constante no período em que os alunos permanecem na escola. A estratégia consiste ainda no respeito às diferenças biológicas entre as faixas etárias distintas e a equidade relacionada às condições de saúde dos alunos, com pronta atenção aqueles que necessitem de cuidados específicos que dizem respeito à vulnerabilidade social. Defende o direito à alimentação escolar, o seu acesso de forma igualitária visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos (Brasil, 2009).

Os alunos beneficiados pelo PNAE são aqueles cuja matrícula consta da Educação Infantil, disponibilizada em creches e pré-escolas, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da rede Pública de Ensino do Distrito Federal, dos Estados e dos municípios. Incluem-se na atenção dessa política os estudantes de estabelecimentos mantidos pela União, que constem no Censo Escolar realizado pelo MEC no ano anterior ao atendimento (Brasil, 2009).

2.7 - O processo de gestão do PNAE

Diante do envolvimento direto da União, os Estados, os Municípios, os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e as organizações escolares, torna-se muito complexo o processo de gestão do PNAE. Partes dos recursos são repassadas pelo Governo federal e devem complementar-se as contrapartidas nas demais instâncias. Os

Estados e/ou municípios podem contribuir financeiramente até chegar ao padrão de qualidade alimentar desejado desde que respeite o estabelecido em lei (Brasil, 2009).

A adoção da gestão, para que seja executada a política do PNAE é variável, dependendo do processo decisório dentro das competências das instâncias estaduais e municipais. Nas instâncias estaduais, verifica-se um modelo com base na descentralização dos recursos financeiros denominado de escolarizado. Nesse processo, os recursos financeiros do FNDE são repassados de forma direta para as escolas ou repassados através das Entidades Executoras (EE), no caso a Secretaria de Educação do Estado e transferidos para as escolas que são regulamentadas no programa. Esses recursos devem ser utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios a serem usados na preparação da alimentação dos estudantes.

Para que os objetivos dessa política sejam alcançados, a lei do PNAE estabelece critérios que dizem respeito ao compartilhamento e responsabilidades pela oferta de alimentação escolar saudável e das ações de EAN entre os entes federados. Contudo, para que isso ocorra, devem ser ultrapassados muitos desafios do programa, bem como o objeto central do estudo, especialmente no que se refere à efetividade das estratégias de EAN como aspectos pedagógicos relevantes no âmbito da gestão escolar.

A EAN é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo, considerando todas as fases da vida, etapas de sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. Ao longo dos anos, a discussão sobre EAN foi se fortalecendo e notou-se que não se pode utilizar somente “educação nutricional” ou “educação alimentar”. O termo completo se torna mais abrangente, ou seja: refere-se a aspectos relacionados ao alimento e à alimentação, aos processos de produção, abastecimento e transformação até os aspectos nutricionais (Danelon, Danelon & Silva, 2016).

A Resolução registra que as ações de Educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino. Neste Caderno, pretendeu-se esclarecer sobre EAN aliada ao PNAE, a fim de incentivar a inclusão deste assunto no currículo escolar. Este trabalho buscou nortear os educadores e ser utilizado como uma ferramenta de exemplos práticos a serem inseridos nas disciplinas que lecionam (Danelon, Danelon & Silva, 2016).

A EAN é uma das principais estratégias para a promoção da alimentação adequada e saudável, envolvendo um conjunto de ações fundamentais para se alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Educar, no âmbito da alimentação e nutrição, consiste na construção conjunta de processos permanentes e contínuos para aprimorar a produção, a distribuição, a seleção e o consumo de alimentos, de forma adequada, saudável e segura. Também, como uma diretriz da EAN, encontra-se a valorização de hábitos e tradições culturais de cada indivíduo e do seu grupo social de convívio, além da conscientização cidadã sobre o desperdício de alimentos e sua utilização integral (Accioly, 2018).

Na esfera da educação a EAN deverá observar os princípios do PNAE, considerando a legitimidade dos saberes vindos da cultura, religião e ciência. Sabe-se que as práticas alimentares são adquiridas durante toda a vida e a escola exerce influência na formação de crianças e adolescentes. A escola se constitui em um centro de convivência e ensino-aprendizagem, onde deve haver envolvimento de toda comunidade escolar – alunos, professores, funcionários, pais e nutricionistas – para atuação integrada em estratégias e programas de promoção da alimentação saudável, garantindo a qualidade das refeições servidas e a oferta de alimentos nos espaços escolares (Accioly, 2018).

2.8 - A gestão democrática escolar no desenvolvimento de políticas educacionais

Na atualidade, cada vez mais se sente a necessidade da participação de

equipes em todo e qualquer setor do cotidiano da sociedade. No ambiente escolar isso não é diferente. Pelo contrário: é fundamental, tendo em vista que é do meio escolar que nasce o cidadão com visão de mundo e sujeito com condições de analisar criticamente todas as situações da sociedade onde está inserido.

Com base no exposto, a democratização do ambiente escolar é fundamental pelo fator evidenciado, ou seja, a visão crítica do indivíduo e também pelo próprio aspecto motivador daqueles que participam do processo. Sabe-se que a administração escolar está voltada para as ações do gestor, que antes era considerado o principal responsável pelo sucesso de sua equipe sob suas ordens. O que se percebe na atualidade é que esse tipo de gestão tem enfraquecido com as novas formas de participação na escola, que são os colegiados, as decisões coletivas, o consenso (Accioly, 2018).

A gestão democrática do ensino se fez presente nas reivindicações das entidades, informando que, já naquele instante, a ideia de democratização na educação ia além do conceito de escola para todos (Accioly, 2018).

A escola é, pois, o *locus* em que se formam os verdadeiros cidadãos, que tornam uma sociedade mais consciente e capaz de participar das decisões políticas no ambiente onde está inserido. É importante que a gestão na escola seja desenvolvida de forma a alcançar seus objetivos reais, a saber, a inclusão dos sujeitos. É necessário que a gestão promova a participação da comunidade e que esta abertura seja propiciada pela consciência dos diversos segmentos acerca da importância da participação. A escola deve ter contato com a sociedade e, principalmente, com a comunidade onde está inserida. A conquista do apoio da comunidade é necessária para uma atuação eficaz. Porém, é importante ressaltar que a escola deve ter uma imagem límpida, organizada, onde as relações interpessoais sejam harmoniosas (Accioly, 2018).

2.9 - O conceito de gestão

O conceito de Gestão é mais amplo que Administração, o que não deixa de ser uma forma de como um empreendimento é planejado, organizado e diferenciado

para alcançar seus objetivos.

“As formas mais conhecidas de gestão são a administração, a cogestão e autogestão” (Dias, 2013, p. 269). A administração requer eficiência e estratégias para alcançar os objetivos sem gastar esforços, do ponto de vista administrativo, que depois de certo tempo assume o conceito de eficácia. Já a Cogestão começa a surgir a ideia de participação onde as responsabilidades são limitadas e contam com o apoio da equipe.

Na autogestão desaparece a hierarquização, porém existem normas a serem cumpridas que não são impostas pelo autoritarismo. Para isso, a equipe precisa ter corresponsabilidade e compromisso e todos devem ter o mesmo objetivo para o bom desenvolvimento das atividades. A Gestão é vista como uma nova forma de administrar, onde a comunicação e o diálogo estão envolvidos. O gestor, ao assumir a liderança desse processo, terá de conhecer o contexto da comunidade escolar. Uma liderança com características de gestão democrática exige do gestor significativa habilidade e também sensibilidade para ter o máximo de contribuição e participação dos membros da comunidade (Libâneo, 2014).

No dizer de Libâneo (2015, p. 101): “A organização e os processo de gestão, incluindo a direção, assumem diferentes significados, conforme a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos”.

Nesta perspectiva, é necessário compreender que, a partir do momento em que se busca uma nova gestão do trabalho escolar, cumpre repensar as relações de trabalho no ambiente escolar e reestruturá-las.

É importante ressaltar que essas mudanças nas relações de trabalho devem contar com a participação de toda a equipe para que se possa fazer um trabalho cooperativo e que dê ênfase à cidadania, à liberdade de expressão, à troca de conhecimentos e experiências, para que a equipe reconheça as suas responsabilidades e tenham o mesmo objetivo que é melhorar o processo da gestão e a qualidade da educação. De acordo com Ferreira (2016, p. 25):

É necessário que a gestão reforce a autonomia utilizando algumas estratégias tendo como características diferentes: i) progressiva: de acordo com as mudanças, a escola vai se adaptando; ii) sustentada: apoio se faz necessário para manter a autonomia; iii) compensada: é necessário uma intervenção pela gestão para resolver os diversos problemas na escola; iv) contratualizada: controlar as situações existente, e que cada segmento saiba suas responsabilidades e administração preste contas do serviço público da educação; v) avaliada: para melhorar a qualidade de ensino e correção dos possíveis erros há tempo.

Acredita-se, diante do exposto, que tais estratégias são necessárias em toda gestão. A escola também está inserida nesse contexto, pois uma boa administração escolar deverá garantir a promoção do ambiente educacional, satisfazendo às diretrizes e os objetivos que a escola pretende alcançar.

2.10 - O princípio da gestão democrática na educação

A Gestão democrática é um tema que tem chamado a atenção nos últimos tempos, com debates frequentes na área educacional, a fim de garantir ações que permeiem uma gestão democrática no ensino público.

De acordo com o art. 206, da Constituição Federal:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: i) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; ii) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; iii) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; iv) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; v) valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreiras para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela união; vi) gestão democrática do ensino público na forma da lei; vii) garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988).

É importante insistir na cooperação e divisões de atividades, onde todos primem por um objetivo comum: a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aponta em seu art. 14:

Art. 14: os sistemas de ensino definirão as normas da gestão do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico nas escolas; II – participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

De acordo com o explicitado no artigo acima, os princípios irão nortear as ações que serão devolvidas na escola, já é um ponto de partida na elaboração PPP. É relevante que a comunidade escolar conheça o regime escolar e os objetivos que essa quer alcançar o ano inteiro. Para tal, é necessária uma gestão democrática.

A gestão democrática envolve um ou mais interlocutores, onde o diálogo é a palavra chave para governar e gerir. A participação da comunidade escolar na construção coletiva do PPP é muito importante, porque melhora a gestão e a organização do trabalho pedagógico.

A LDB, em seu artigo 15, apresenta a seguinte determinação: Art. 15: Os sistemas de ensino assegurarão as unidades escolares públicas de educação básica que as integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Brasil, 1996).

A Lei 9.394/96 abre espaço para a autonomia, a fim de que o gestor possa promover uma gestão democrática na escola. A elaboração do PPP deverá promover os caminhos de um planejamento coletivo participativo, que se inicia com um diagnóstico, depois percorre o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação. Partindo desses pressupostos, a escola poderá desenvolver projetos específicos de interesse da comunidade escolar, que devem ser sistematizados e avaliados para melhorar a participação da comunidade no contexto escolar.

A participação da comunidade no processo constituinte, acerca da gestão democrática do ensino público, foi um marco na década de 1990, e tem os seguintes

compromissos: a promoção da cidadania, da autonomia, da participação e compartilhamento nas decisões com desenvolvimento crítico e a não aceitação do autoritarismo.

A Gestão democrática não dá ênfase à burocracia e à hierarquia autoritária, mas promove a construção da cidadania e da participação com o propósito de melhorar a qualidade do ensino aprendizagem. Por isso, a gestão democrática deve ser um princípio do ensino nas escolas públicas. A concretização de uma gestão democrática no ensino público possibilita a abertura de novos horizontes que irão combater a exclusão e a discriminação (Dias, 2013).

De acordo com Dias (2013, p. 279): “(...) se é da sociedade e da comunidade que provém às ideias que dão sentido ao trabalho realizado pela escola, não há como pretender mantê-las alheias às atividades desenvolvidas num ambiente escolar”.

Concorda-se com o autor, pois a interação escola/comunidade deve ser um dos pontos fundamentais para a garantia da satisfação mútua, ou seja, o aprendizado para a garantia da inserção social e a satisfação da gestão em promover as ações de educação e cultura às pessoas.

De acordo ainda com Dias (2013, p. 280) citam-se alguns fatores necessários a que o gestor possa estar atento para a melhoria da imagem da escola, tais quais:

- i) desenvolver um programa de melhoria do desempenho escolar;
- ii) descobrir ocasiões especiais, alegres e festivas, para trazer os pais em visita à escola, evitando que o contato com eles se restrinja aos encontros para discussão de problemas com os alunos;
- iii) esclarecer professores e funcionários sobre a importância de tratar com urbanidade todas as pessoas que procuram a escola;
- iv) cuidar dos aspectos materiais. A aparência física da escola, também faz parte de sua imagem.

As ações supracitadas irão caracterizar a qualidade do ensino e a imagem da escola que é fundamental, posto que delas a sociedade crescerá com o espírito de

cidadania e democracia ao alcance das pessoas.

2.11 - Interlocutores envolvidos numa gestão escolar democrática

A participação da comunidade é importante e deve criar estratégias para concretizar uma parceria, com o objetivo maior, que, se não é novo, ganhou uma relevância, que parecia um pouco esquecida nos últimos tempos: a maior aprendizagem dos alunos.

Os educadores precisam chegar a um consenso de que a Gestão escolar estava muito ultrapassada e que apresentava características que caminhavam apenas para o centralismo e a postura do diretor era apenas de autoritarismo. Para concretizar uma gestão democrática é necessário que o gestor possibilite, através de reuniões, a discussão de tudo que ocorre na escola e quando tomar decisões permitir a participação da equipe. Todas as decisões devem ser de comum acordo e a responsabilidade deve ser atribuída a todos.

A participação na elaboração do PPP deve desenvolver nos alunos, professores, gestor e comunidade uma parceria de responsabilidade e uma conscientização de cada membro. O gestor deve desenvolver o papel de articulador para mobilizar o máximo de colaboradores para atender as demandas e soluções para a aprendizagem dos educandos.

Para desenvolver a participação da comunidade na elaboração do PPP, importa que a escola esclareça o funcionamento do regimento escolar e deve determinar o que se pretende para alcançar os objetivos. A confiança entre os membros e a liderança devem ser primordiais no relacionamento. A comunicação deve estar sempre aberta para estimular a criatividade e o fluxo das ideias. Também se destaca o respeito à diversidade, que promove elos de cordialidade e segurança deve embasar uma aprendizagem transformadora (Dias, 2013).

É relevante que a escola, inserida em uma determinada comunidade,

conheça a realidade local para se adequar às necessidades do contexto, buscando assim uma interação entre os participantes internos e externos.

A postura da equipe e as situações vivenciadas na escola servem para embasar temas relacionados à cidadania, à tolerância e ao respeito para a promoção da democracia e da participação. De acordo com Hora (2014, p. 116): “um dos componentes da liderança que facilita a integração escola/comunidade expresso pela diretora da escola é o conhecimento crítico da realidade comunitária onde está inserida, como elemento que lhe dá condições de adotar práticas adequadas ao processo de democratização.

Sendo assim, para promover a participação da comunidade é necessário conhecer a realidade do contexto social, econômico e humano, isso detecta o que serve melhor à comunidade. A escola deve ter a consciência de que ela presta serviço à comunidade e que precisa envolver os pais nos trabalhos que desenvolve na escola e prestar contas aos mesmos. O conhecimento da realidade da comunidade irá nortear ações e estratégias para envolver a comunidade nos trabalhos a serem desenvolvidos na escola. A principal estratégia, que garante a participação da comunidade, será prioridade e garantia da representação, realizada através de eleição, isso é fundamental para exercer uma gestão democrática (Hora, 2014).

A postura do gestor demonstra o tipo de relações que ocorre no ambiente escolar, isso é decisivo para a participação da comunidade, o bom relacionamento interpessoal caracteriza a democratização no espaço escolar.

O gestor, estimulado pela participação da comunidade escolar, pode desenvolver ações em sua gestão para melhorar o processo de aprendizagem fortalecendo-se no cotidiano para vencer os desafios com perseverança, ou seja, transformar o ambiente escolar um lugar prazeroso e amigável, despertando em cada pessoa o gosto pelo saber, aprender e conhecer.

O espaço escolar torna-se um lugar aberto à muitas parcerias. O gestor terá

muitos desafios a vencer por conta dessa complexidade da diversidade. Deverá ser atencioso, aplicar seus conhecimentos e habilidades para desenvolver um trabalho de corresponsabilidade e que atinja as demandas do trabalho coletivo. A escola deve preparar os alunos e ensiná-los a terem uma visão crítica em relação à prática e aos valores inseridos no seu contexto, para tornar-se capazes de compreender e a analisar os problemas na vida, de si próprio e da sociedade que o cerca, tornando-os cidadãos participativos (Hora, 2014).

2.12 - Participações necessárias para a efetivação da gestão democrática

Quanto a importância da gestão participativa, em primeiro lugar é a substituição dos estilos tradicionais de administrar, ou seja, autoritário, impositivo, indiferente paternalista pela cooperação mútua, liderança, autonomia e responsabilidade. Também informar, envolver, delegar, consultar e perguntar, em vez de mandar, são as palavras-chaves da gestão participativa no que diz respeito ao comportamento dos gestores. E esse é o estilo que mais se adequa às exigências atuais, por parte de todos os envolvidos no processo.

Entende-se que a gestão participativa, no seu escopo, implica o redesenho das estruturas. Cargos, grupos de trabalho e a estrutura como um todo são organizados de modo que a participação dependa não apenas das atitudes e disposições favoráveis das pessoas, mas também e principalmente do sistema de normas e procedimentos. Reforça nesse sentido a necessidade de mudança na cultura organizacional, a fim de que seja possível implantar a filosofia da participação (Cury, 2016).

No dizer de Cury (2016, p. 59):

É na relação com os estabelecimentos de ensino que se verá grau de diálogo com que os administradores dos sistemas e seus respectivos órgãos normativos poderão traduzir a gestão democrática como forma de participação. A discussão de diretrizes gerais para o ensino as normas de valorização do magistério e tantos outros pareceres normativos só serão coerentes com a autonomia dos estabelecimentos e com o princípio da gestão democrática se forem conduzidos por formas tradicionais e contemporâneas de diálogo.

Verifica-se, diante do exposto pelo autor, que a interação se torna algo de fundamental importância, ou seja: patrocinar diante de todo o corpo organizacional a opinião de cada participante, tornando-os responsáveis e satisfeitos diante das diretrizes expostas pela gestão.

Para tanto, a estrutura deve estimular as pessoas à participação. Nos sistemas escolares tradicionais ou não participativos, acontece o inverso: os regulamentos, as carreiras, as divisões do trabalho são estruturadas de maneira que o poder fique concentrado no topo da pirâmide. Acredita-se ser esse novo modelo de gestão fator de maior envolvimento no meio escolar, visto que dá maior autonomia para todos os participantes no que diz respeito a execução das tarefas escolares (Cury, 2016).

Os aspectos da gestão democrática do ensino público estão relacionados à participação. Percebe-se que a escola é vista pelos usuários como propriedade do governo ou ao pessoal que nela trabalha. Ainda há uma resistência da comunidade em participar do processo da escola, pois apenas atribui sua participação quando é solicitada pela escola para reuniões de pais e mestres; ou no caso de algum problema com relação ao seu filho, e mesmo assim poucos aparecem. A autonomia da gestão deve ser a norteadora da participação. É necessário que a comunidade acompanhe as ações desenvolvidas na escola, para saber se realmente o que foi planejado está sendo executado. As ações estão direcionadas para a qualidade do ensino aprendido, o diretor da escola está exercendo seu papel de orientador e articulador de ações para possíveis soluções e problemas na escola (Cury, 2016).

De acordo com Ferreira (2016, p. 27): “(...) para que uma escola possa concretizar a sua autonomia é necessário obedecer a cinco grandes princípios da gestão escolar: legitimidade, participação, liderança, qualificação e flexibilidade”.

A legitimidade é importante, porque ela deve obedecer aos aspectos legais e a transparência assegura a participação que deve ser coletiva e tenha fins comuns, exercera liderança sem autoritarismo e imposições, garante o respeito e a cooperação.

A corresponsabilidade de cada membro garante um trabalho eficaz, transparente. Para isso, a participação garante uma gestão democrática. A gestão se faz necessária não só com o bom uso de ferramentas de gestão, mas principalmente da capacidade que os gestores e a organização em si têm de dinamizar esse processo através do desenvolvimento de seus colaboradores. No que se refere à participação, as escolas, como prestadoras de serviços à comunidade, precisam adaptar-se às mudanças que surgem no contexto social, pois algumas delas são ágeis e dinâmicas, conseguindo reagir aos problemas do mercado e com isso ganhando confiança, e proporcionando a interação através da vivência no meio onde está inserida (Martinelli, 2009).

2.13 - O Conselho Escolar

Observa-se que nunca foi tão necessária a Educação como acontece nos dias atuais! Nota-se este fato observando-se que, desde os primórdios, a essência do ser humano é o seu desenvolvimento natural. Sendo assim, a Educação se torna fator essencial para que o indivíduo compartilhe das decisões dos rumos no ambiente em que está inserido. Para que isso aconteça, cumpre o convívio educacional e, neste momento, se insere não somente o educador isoladamente, mas a presença do conselho escolar, este que deverá oportunizar o envolvimento da sociedade, do seu ambiente, proporcionando responsabilidades comuns, a fim de executar estratégias necessárias para uma boa educação daqueles que no futuro devem proporcionar os rumos da sua sociedade (Martinelli, 2009).

Diante do exposto, Cury (2016, p. 51) considera que:

Participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento. Conselhos com essas características são uma forma de democratização do Estado. Neles torna-se possível a (re) entrada da sociedade civil no âmbito dos governos a fim de fiscalizá-los e mesmo controlá-los.

Sendo assim, torna-se fundamental o autor supracitado enfatizar o termo democratização, pois dá a oportunidade da participação social em um conjunto onde

todos têm o direito e o dever de garantir a educação proporcionando assim um ambiente satisfatório de convívio sociocultural.

Observa-se, assim, em toda convivência social, a necessidade de participar. Esta participação é o que proporciona a motivação do ser humano, é um fator que independe da vontade, mas de valores psicossociais proporcionam a satisfação do indivíduo.

Nessa esfera Lück (2016, p. 44) esclarece que: “participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias”.

Tendo em vista o que expõe a autora, pode-se entender que, para resolver os desafios do dia-a-dia escolar, é de fundamental importância que o Conselho Escolar tenha uma visão ampla para conseguir subsídios necessários para atrair a comunidade a participar da organização da escola.

2.14 - As novas concepções de uma escola participativa

Na atualidade, o que se pode observar é o ritmo acelerado das informações características de um mundo globalizado. Para que se possa acompanhar esse desenvolvimento é essencial uma educação de qualidade e um envolvimento cada vez maior da gestão de forma compartilhada. Quanto a essa realidade, Lück (2016, p.45) esclarece que:

Já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção. No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e

ao fracasso de suas instituições.

Verifica-se, nesse contexto, a necessidade fundamental da adoção de práticas democráticas de gestão que garantam o cooperativismo entre os participantes, proporcionando, assim, o maior relacionamento e, conseqüentemente, a maior possibilidade do nível cultural de todos os envolvidos. Em meio a essa mudança, não apenas a escola desenvolve essa consciência, como a própria sociedade cobra que o faça. Assim é que a escola se encontra, hoje, no centro de atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que a educação na sociedade globalizada e economia centrada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas (Lück, 2016).

Embora esse enfoque não seja plenamente adotado e, quando levado em consideração, seja orientado, ainda, por um velho e já enfraquecido paradigma orientador da cobrança, em vez de participação, ele tem grande impacto sobre o que acontece na escola, que é hoje, mais do que nunca, bombardeada por demandas sociais das mais diversas ordens. Observa-se também, o interesse de grupos e organizações, no sentido de colaborar com a escola, constituindo-se essa área, um campo fértil para a realização de parcerias em prol da Educação, para o desenvolvimento da sociedade, e, por conseguinte, um grande desafio para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos e habilidades (Lück, 2016).

De acordo com Lück (2016, p.49):

A educação, no contexto escolar, se complexifica e exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização desse empreendimento, a fim de que possa ser efetiva, já que não basta ao estabelecimento de ensino apenas preparar o aluno para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que ele precisa é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência.

Assim sendo, é importante que a escola seja cada vez mais participativa,

buscando a todo momento envolver não somente a comunidade interna, mas a sociedade como um todo.

É no contexto desse entendimento que emerge o conceito de gestão escolar, que ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo-se citar a democratização do processo de construção social da escola e realização de seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisões de forma coletiva, a compreensão da questão dinâmica e conflitiva e contraditória das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança e articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino.

No processo de desenvolvimento das novas concepções de uma escola realmente participativa, acredita-se que esta deva ser essencialmente autônoma e, diante disso, Lück (2016, p. 22) evidencia que:

O conceito de autonomia da escola está relacionado com tendências mundiais de globalização e mudança de paradigma que têm repercussões significativas nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes. Descentralização do poder, democratização do ensino, instituição de parcerias, flexibilização de experiências, mobilização social pela educação, sistema de cooperativas, interdisciplinaridade na solução de problemas são estes alguns dos conceitos relacionados com essa mudança.

Entende-se, nesse conjunto de concepções, ser de fundamental importância a mobilização de massa crítica para se promover a transformação e sedimentação de novos referenciais de gestão educacional para que a escola e os sistemas educacionais atendam às novas necessidades de formação social a que a escola deve responder.

2.15 - A formação do gestor e sua eficácia no desenvolvimento democrático escolar

O movimento pelo aumento da competência da escola exige maior

competência de sua gestão, em vista do que, a forma de gestores escolares passa a ser uma necessidade e um desafio para os sistemas de ensino. Sabe-se que, em geral, a formação básica dos dirigentes escolares não se assenta sobre essa área específica de atuação e que, mesmo quando estes profissionais a têm, ela tende a ser livresca e conceitual, uma vez que esta é, em geral, a característica dos cursos superiores na área social. A formação inicial de gestores escolares, em nível superior, esteve, desde a reforma do curso de Pedagogia, afeta a esse âmbito de formação, mediante a oferta da habilitação em Administração Escolar (Machado, 2009).

O MEC propunha, na década de 1970, que todos os cargos de diretor de escola viessem a ser ocupados por profissionais formados neste curso. No entanto, com a abertura política na década de 80 e a introdução da prática de eleição para esse cargo, diminuiu acentuadamente a procura desses cursos que, por falta de alunos, tornaram-se inviáveis. Houve, no entanto, um movimento no sentido de ofertar cursos de especialização em gestão educacional, muito procurado por profissionais já no exercício dessas funções, porém, com um número relativamente pequeno de vagas (Machado, 2009).

No contexto das instituições de ensino superior, portanto, o que se observa é uma oferta insuficiente de oportunidades para a formação inicial de gestores escolares. Recae, então, sobre os sistemas de ensino a tarefa e a responsabilidade de promover, organizar e até mesmo, como acontece em muitos casos, realizar cursos de capacitação para a preparação de gestores escolares (Machado, 2009).

Essa responsabilidade se torna mais marcante quando se evidencia a necessidade de formação contínua, complementarmente à formação inicial como condição para acentuar o processo de profissionalização de gestores, de modo que enfrentem os novos desafios a que estão sujeitas as escolas e os sistemas de ensino (Machado, 2015, p.15).

É evidente que nenhum sistema de ensino, nenhuma escola, pode ser melhor que a habilidade de seus dirigentes. De pouco adiantam a melhoria do currículo formal, a introdução de métodos e técnicas inovadores, por exemplo, caso estas não sejam acompanhadas de um esforço de capacitação dos dirigentes nesses processos. Essa

capacitação, aliás, constitui-se um processo aberto, de formação continuada e permanente (Machado, 2009).

O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes.

De acordo com Machado (2015, p.19):

Considerando-se, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores, um processo de formação continuada, em serviço, além de programas específicos e concentrados, como é o caso da formação em cursos de Pedagogia e em cursos de pós-graduação, assim como os frequentes cursos de extensão oferecidos e/ou patrocinados pelos sistemas de ensino.

As Políticas Públicas evoluem e com elas evoluem os paradigmas gerenciais. Buscam-se soluções para o gerenciamento e a qualidade educacional mediante a parceria com os que fazem a Educação acontecer no cotidiano da escola. Todavia, a parceria iniciada e todas as discussões sobre os novos paradigmas, gestores não podem escamotear a possibilidade da simples adoção pela escola dos novos padrões gerenciais da organização.

Sendo assim, a gestão precisa estar atenta a todas as oportunidades para melhorar a imagem da escola, contribuem positivamente para isto:

i) desenvolver um programa de melhoria do desempenho escolar. A primeira condição para que a escola tenha uma boa imagem é a de que seja realmente uma boa escola, com desempenho acima da média; ii) descobrir ocasiões especiais, alegres e festivas para trazer os pais em visita à escola, evitando que o contato com eles se restrinja aos encontros para discussão de problemas com os alunos; iii) esclarecer professores e funcionários sobre a importância de tratar com urbanidade todas as pessoas que procuram a escola. Até mesmo a maneira de atender ao telefone deve refletir uma atitude de respeito e cordialidade; iv) cuidar dos aspectos materiais. A aparência física da escola também faz parte da sua imagem. Um prédio bem cuidado, limpo, agradável, acolhedor, constitui a primeira

impressão que a pessoa tem ao chegar à escola (Dias, 2013, p. 280).

É claro que isto não basta, mas não deixa de ter um efeito poderoso na imagem da escola, principalmente pelo fato de esta ser essencialmente condicionante da cultura das pessoas e como tal deve se mostrar como exemplo positivo maior para a sociedade.

Importa verificar que um gestor eficaz não deve tratar só de tarefas essencialmente profissionais, mas verificar os aspectos informais principalmente na sociedade onde a escola está inserida, ou seja: a comunidade por muitas vezes se sente inibida em tratar determinados assuntos com a gestão escolar e, a partir dessa problemática, a gestão será fator de fundamental importância para o relacionamento global do desempenho escolar como um todo (Dias, 2013).

Nesse sentido, Dias (2013, p. 282) esclarece que: “estamos vivendo um novo tempo da educação brasileira, com imensos desafios a serem enfrentados com determinação, espírito crítico e clarividência. Somente a gestão democrática, que garanta a participação de todos, têm condições de levar a escola brasileira a encontrar o seu verdadeiro caminho”.

Sob essa fundamentação, pode-se entender que a Educação, como sempre, deveria ser de fundamental importância e, na atualidade, em países como o Brasil, dotar-se de estratégias não políticas, mas ações preocupadas com a educação na sua essência, ou seja: dotar a sociedade crítica na própria valorização do que realmente torna-se um fundamento de gestão.

Não obstante, para que se possibilite uma gestão democrática eficaz, é importante a participação de toda a comunidade escolar para o desenvolvimento de um PPP eficaz que consiste numa elaboração coletiva com o objetivo de nortear as ações escolares, sendo através dele que ocorre a adoção da teoria e prática pedagógica, ou seja: de que forma vai trabalhar, que subsídios vai oferecer aos educadores, educandos e comunidade. O PPP define a identidade da escola, pois ali estão contidas informações

que identificam todos os aspectos que tem e pretende adquirir no decorrer do ano letivo (Dias, 2013).

2.16 O Projeto Político Pedagógico

O PPP é o instrumento que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também para funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. A LDB 9394/96 põe em questão a construção de Projeto Político-Pedagógico, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico-administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado (Brito, 2017).

A LDB, em seu parágrafo primeiro do artigo 12, Título IV, aponta que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Neste sentido a proposta pedagógica ou o projeto político pedagógico da escola, deve ser elaborado pelo coletivo da instituição de ensino e revista periodicamente. A construção do projeto político pedagógico deve ser coletiva, ou seja, deve ser pensado por todos aqueles que fazem parte da escola: professores, direção, coordenação, funcionários, alunos, membros do conselho da escola, e demais representantes da comunidade. Este trabalho de construção do projeto político pedagógico tem como objetivo de organizar o próprio trabalho pedagógico da escola. Através da reflexão de concepções, ideais, interesses, necessidades, bem como, planejar, projetar a vida da escola, para pequeno, médio e longo prazo (Brasil, 1996).

Dessa forma, o PPP pode ser entendido como um processo sistemático e não definitivo executado através de um planejamento participativo, que vai se aperfeiçoando continuamente, aonde vão sendo definidos de forma clara o tipo de ação educativa a ser realizada.

Nas palavras de Gadotti (2013, p. 32), o PPP se caracteriza da seguinte forma:

Um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam a prática educativa, com seu núcleo catalisador, não se confundindo com currículo, pois vai além dele. Envolve, portanto, clara definição do ponto onde se pretende chegar, porque busca um rumo, uma direção, dando sentido à ação docente, discente e dos gestores. Não visa simplesmente ao planejamento inicial nem ao rearranjo formal. É a definição das ações intencionais de formação, de como as atividades de professores, alunos e da administração do curso se organizam, se constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente.

Nesse contexto, o planejamento participativo é a base para o PPP poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeito sócio histórico na construção de uma nova sociedade. Para a sua construção, necessita-se de um referencial situacional, filosófico, diagnóstico e programação onde é explicitado um composto de ideias, opções e dados teóricos que deverão orientar a suas práxis (Vasconcellos, 2015).

O Marco Referencial explicita o posicionamento da instituição que pretende planejar a sua identidade, visão do mundo, seus valores, compromisso. Em suma: indica qual a melhor via a ser seguida através de fundamentos teórico-filosóficos, das Ciências, crenças e cultura da comunidade onde está inserida. No Marco Referencial somos desafiados a expressar o sentido do nosso trabalho pedagógico e as grandes perspectivas para a caminhada rumo a sua concretização. Que escolhas se devem fazer em torno das concepções de Educação, de ensino aprendizagem, de avaliação para atingir os objetivos previstos (Vasconcellos, 2015).

O Marco Situacional é a percepção do grupo em torno da realidade em geral: como a vê, quais seus traços mais marcantes, qual a relação do quadro socioeconômico, político e cultural mais amplo e o cotidiano da escola. Sua importância se deve ao fato de que pode desvelar os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes (Vasconcellos, 2015).

Marco Filosófico é o equivalente ao que de melhor pode ser alcançado pela escola. Tem como base um fundamento que dê respostas à sociedade como proposta de educação de qualidade através de um resultado alcançado pelo conjunto da equipe

escolar e da comunidade onde a instituição está inserida (Padilha, 2014).

O diagnóstico trabalha a dimensão da realidade e nele devem constar não somente questões descritivas, mas devem também ser trabalhadas as questões analíticas, identificando o que é necessário para se modificar, respondendo questões como o que falta, e o que se deseja fazer. Isso depende de cada contexto temporal que poderão ser utilizadas para que se possa identificar e fazer as devidas avaliações dos avanços alcançados e dos objetivos atingidos na construção de sua identidade e contemplar essa questão do PPP escolar (Padilha, 2014).

A programação é a definição do que vai ser feito e dos meios para a superação dos problemas detectados, em busca da qualidade da educação oferecida pela escola. É a proposta de ação. Ou seja: definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que deveria ser. Quanto à periodicidade, a programação ou projeto pode ter abrangência anual, bianual ou outra definida pelo grupo (Vasconcellos, 2015).

De acordo Padilha (2014), podem ser destacados nove itens que auxiliam na elaboração do PPP escolar:

- i) identificação, onde deve conter a descrição geral da escola;
- ii) justificativa, que deve aparecer o registro do processo de planejamento, quais os caminhos usados para as tomadas de decisões, introduzindo uma síntese do marco referencial, identificando as principais ações que se quer tomar para escola;
- iii) objetivo geral e específicos, guiando assim os propósitos que a escola quer atingir com o projeto, tendo como fonte os direitos sociais, as políticas nacionais, estaduais e municipais da educação destacando-se nesse item o que a escola pretende com seu ensino;
- iv) metas, que destacam minuciosamente o que a escola quer, e como vão obter tal resultado;
- v) desenvolvimento metodológico, para mediar todo projeto, gerando estratégias para o desenvolvimento do mesmo;
- vi) recursos são tudo que se faz presente para elaboração e aplicação do PPP na escola;
- vii) cronograma aparece para mediar todas as atividades, organizando e estipulando prazos para finalizar as atividades descritas no PPP;

- viii) avaliação é o momento em que se verifica se todas as metas foram alcançadas, e identifica as dificuldades encontradas para elaborar o projeto;
- ix) conclusão como em todo projeto oferece suporte para elaboração de um novo projeto, e identifica todos os pontos positivos e negativos do projeto.

Segundo Veiga (2015), um PPP ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola caracteriza-se, também, por um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

É, portanto, o resultado de um conjunto devidamente coordenado que pontua os objetivos e prioridades pré-estabelecidas através do coletivo que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias para que se possa construir uma nova realidade. Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo (Veiga, 2015).

Ainda em Veiga (2015, p. 37):

O político e o pedagógico são dimensões indissociáveis, porque propiciam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar. Essa prática de construção de um projeto deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, passando a ter uma postura comprometida e responsável.

Entende-se que os conceitos intrínsecos, nos termos de um PPP, buscam evidenciar, definir e fortalecer a identidade de uma instituição. Cada termo encontra-se claramente definido. Assim, tem-se:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto Político porque se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela cidadania responsável em amplo debate. Projeto Pedagógico porque se deve gostar no entendimento

compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas. (Gadotti, 2013, p. 39).

Trata-se, portanto, do alcance dos objetivos de maneira coletiva de um espaço para o exercício da autonomia que implica em responsabilidade e compromisso com as instituições que representam a comunidade (conselhos de escola, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, entre outras), para que haja participação e compromisso de todos. O PPP vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho (Veiga, 2015).

III – METODOLOGIA

3.1 - Tipo de estudo

A pesquisa foi realizada no município da Raposa no Estado do Maranhão-Brasil com gestores, supervisores e professores das turmas do 5º ano do Ensino Fundamental em Escolas da Rede Pública Municipal. Ressalte-se que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Raposa-MA escolheu as escolas onde seria realizada a pesquisa.

No que diz respeito aos professores, as diretoras selecionaram apenas os professores que lecionam no 5º ano do Ensino Fundamental e todos se mostraram dispostos a contribuir com a pesquisa e responder voluntariamente.

Este estudo tratou de uma pesquisa de campo tipo descritiva, com enfoque qualitativo e quantitativo, e uma abordagem de cunho não experimental, a qual, segundo Gil (2015, p. 587), “(...) caracteriza-se como uma pesquisa que não exclui a possibilidade de obtenção de dados pela utilização de técnicas padronizadas”. Em vista disto, este estudo utilizou questionários com gestores, professores e gestores das unidades escolares, além de se efetivar observação sistemática.

Após a autorização das escolas (Anexo 1), os participantes da pesquisa foram convidados a participar do estudo, sendo que os objetivos e a metodologia do trabalho foram explicados e todas as dúvidas foram esclarecidas, informando-se ainda que haveria anonimato e confidencialidade dos dados pela responsável da pesquisa.

Depois do preenchimento e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2) foram aplicados os seguintes instrumentos:

- i) para o recolhimento dos dados quantitativos foi utilizado questionário de perguntas fechadas de múltipla escolha com escala, sendo um modelo único

para gestores e supervisores (Anexos 3 e 4) e um modelo diferente para professores (Anexo 5), devido a sua fácil tabulação e boa quantidade de informações geradas. Ele foi aplicado pela pesquisadora no local de trabalho dos sujeitos da pesquisa, nos dias e horários combinados com os mesmos.

3.2 - Universo e população

O estudo foi efetivado na rede pública do Município de Raposa, que se encontra situado às margens das Baías de São Marcos e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão, Brasil. Este município possui 20 escolas de ensino fundamental, cujo quadro geral possui 200 professores, dentre estes, um percentual de 20% encontra-se atuando na Educação infantil e o restante entre o ensino de 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano.

3.3 - Alcance da investigação

A pesquisa foi realizada no Município de Raposa, no Estado do Maranhão, Brasil, com gestores, supervisores e professores das turmas de 5º ano do ensino fundamental em escolas pertencentes à rede pública do referido município. Com os resultados deste estudo buscou-se compreender as concepções e práticas de gestão escolar da educação alimentar que foram efetivadas no ano letivo de 2018.

3.4 - Amostra

A presente pesquisa utilizou uma amostragem não probabilística, intencional, com os gestores, supervisores e professores das escolas da rede pública municipal que oferecem o 5º ano do ensino fundamental. Ressalte-se também que a escolha das escolas foi realizada pela Secretaria de Educação do Município. Convém destacar que, deste universo, foram pesquisadas somente as escolas que ofertavam o 5º ano do ensino fundamental, no total de 08 escolas, 08 gestores, 08 supervisores e 16 professores.

3.5 - Procedimentos de análise e interpretação

Os dados quantitativos foram colhidos via questionário de questões abertas e fechadas, os quais sofreram tratamento estatístico e apresentados em forma de gráficos ou tabelas. Os entrevistados apresentaram as seguintes características?

Assim, tentando focar nas questões que se referem à importância da alimentação saudável nas escolas, é que se empreendeu essa pesquisa no período de maio de 2018, no sentido de avaliar o grau entendimento dos gestores acerca da gestão escolar da educação alimentar dos alunos da rede pública de ensino do Município de Raposa/MA com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, cujos resultados estão expostos a seguir.

IV – RESULTADOS

4.1 - Análise dos questionários aplicados aos gestores

Faixa etária		Sexo		Formação Superior			Experiência profissional				Tem Curso de Gestão Escolar	
30 a 40 anos	40 a 50 anos	Fem	Masc	Graduação	Especialização	Sem Graduação	02 anos	03 anos	04 anos	05 anos	Sim	Não
01 (14%)	07 (86%)	07 (86%)	01 (14%)	05 (58%)	01 (14%)	02 (28%)	05 (58%)	01 (14%)	01 (14%)	01 (14%)	01 (14%)	07 (86%)

Quadro 2 – Caracterização dos gestores

A análise do Quadro 2 evidenciou que apenas 01 (14 %) gestor escolar possui curso na área de gestão escolar e 07 (86 %) não possuem curso de gestão escolar, demonstrando que a maioria dos gestores escolares (diretores de escolas) não possuem o conhecimento específico em suas áreas de atuação. Quanto a experiência profissional, apenas 03 (42 %) gestores escolares possuem experiência profissional acima de 03 anos e 05 (58 %) possuem pouca experiência profissional, ou seja, apenas 02 anos. Um dado que muito surpreendente foi que havia 02 (28 %) gestores escolares sem nenhum curso superior. Sabe-se que, no município da Raposa-MA, alguns gestores escolares são indicados pela Secretaria Municipal de Educação e que esta secretaria não exige que todos tenham curso superior.

Questão 1: Qual a sua percepção sobre Educação Alimentar no cotidiano da escola?

Gestor 1: *É de fundamental importância para o bom desenvolvimento da educação;*

Gestor 2: *A escola já trabalha no planejamento, precisando apenas de implementação;*

Gestor 3: *É de suma importância para a frequência escolar e melhor aprendizagem dos alunos;*

Gestor 4: *Processo que precisa de uma mobilização com conscientização relacionada com os pais sobre alimentação escolar;*

Gestor 5: *Tá bom, na minha visão;*

Gestor 6: *Existem dois programas, mas há desencontros entre fornecimento;*

Gestor 7: *Mobilização para conscientização dos pais sobre a alimentação escolar;*

Gestor 8: *É importante para a retenção do aluno na escola.*

Observando as respostas acima, verificou-se que elas se completam, pois dão conta da participação dos pais, dos aspectos de planejamento para implementação das questões que fortalecem o aprendizado do aluno, da sua retenção no ambiente escolar. Contudo, verificou-se que ainda existem problemas de fornecimento para garantir a eficácia do programa.

Questão 2: Você tem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas?

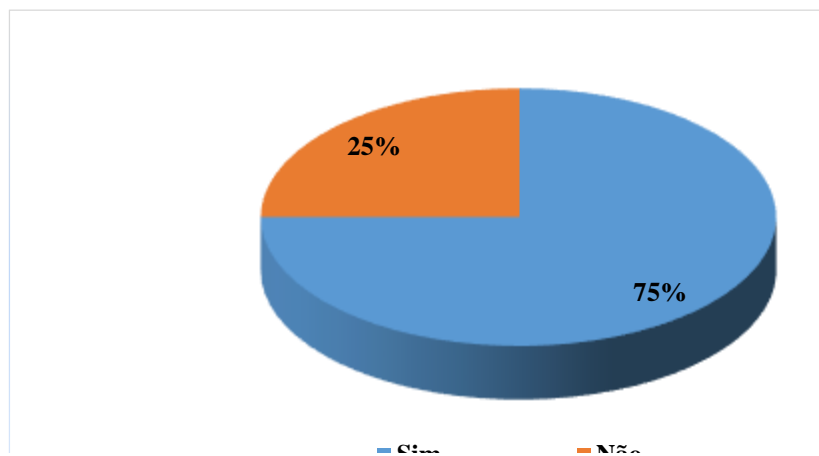


Gráfico 1 – Conhecimento dos gestores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas

No Gráfico 1, 6 (75 %) dos gestores escolares têm conhecimento das políticas federais de educação alimentar, e 2 (25 %) não conhecem. Esta é uma questão que deveria ser de conhecimento de todos os gestores, pois é a partir desse conhecimento que se pode trabalhar este tema nos PPPs das escolas de maneira eficaz no ambiente escolar e que este traga em seu bojo os resultados necessários para o melhor desempenho do aluno.

Questão 3: Você tem conhecimento sobre as políticas municipais de educação alimentar nas escolas?

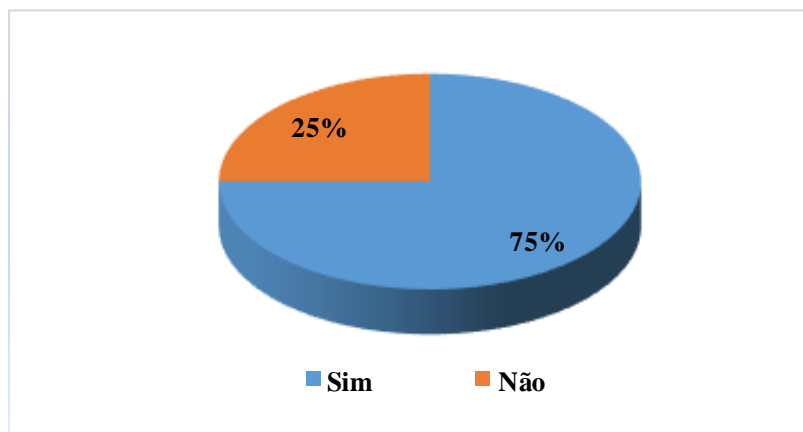


Gráfico 2 – Conhecimento das políticas municipais desenvolvidas no município de Raposa/MA para educação alimentar nas escolas

No Gráfico 2 observou-se que 6 (75 %) dos gestores conhecem as políticas municipais de educação alimentar e 2 (25 %) não conhecem. É fundamental que todos conheçam as políticas municipais sobre educação alimentar, sendo fundamental para que se possa garantir um processo de melhoria contínua da qualidade de vida dos educandos. A pesquisa evidenciou que a prefeitura efetua a compra de vegetais e frutas de agricultores familiares do próprio município para que sejam utilizados na merenda escolar e que há uma nutricionista responsável pela elaboração do cardápio da merenda escolar.

Questão 4: Qual a importância da educação alimentar no currículo escolar?

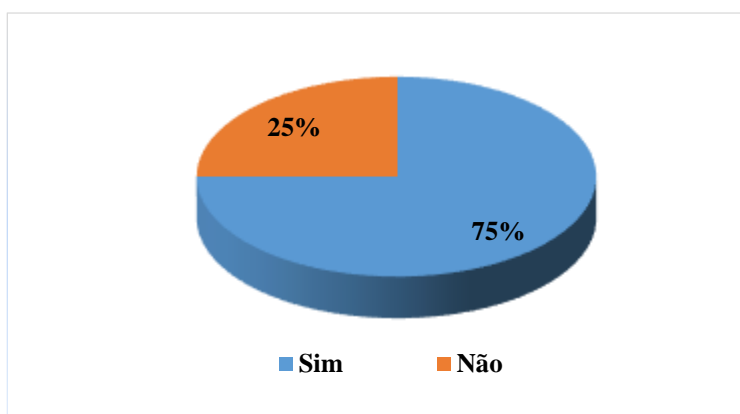


Gráfico 3 – Importância da educação alimentar no currículo escolar

No Gráfico 3, 6 (75 %) dos entrevistados acreditam que a temática educação alimentar é muito importante e 2 (25 %) disseram que não. Sabe-se que a inclusão do tema educação alimentar como tema transversal no currículo escolar seria muito importante para que todos conhecessem a temática e aplicassem o mesmo em suas práticas educativas.

Questão 5: Qual o seu conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP?

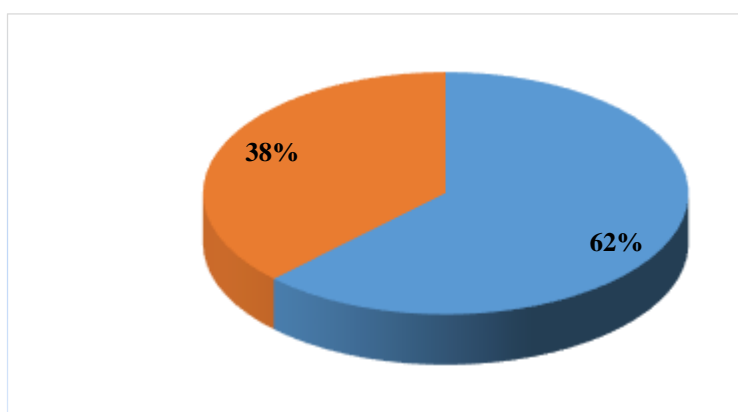


Gráfico 4 – Conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP

No Gráfico 4, 5 (62 %) dos gestores escolares acharam importante que a temática Educação Alimentar fosse inserida no PPP e 3 (38 %) acharam que não. Observou-se que a maioria dos entrevistados acha importante a inclusão da temática nos PPPs das escolas, tendo em vista que também são educadores. Esta temática é muito importante, tendo em vista que os processos de ensino e de aprendizagem são beneficiados quando a educação alimentar é matéria relevante, pois desempenha um papel muito importante da vida dos alunos, proporcionando mais saúde e menos doenças oriundas da má-alimentação, principalmente nos primeiros anos das séries iniciais.

Questão 6: Você sabe se a temática Educação Alimentar está inserida no PPP da escola?

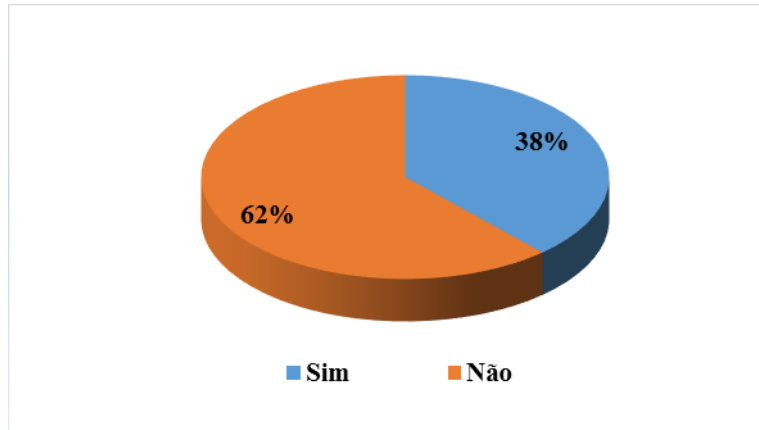


Gráfico 5 – Conhecimento sobre se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP das escolas

No Gráfico 5, 5 (62 %) dos gestores entrevistados disseram que a temática “Educação Alimentar” não está presente nos PPPs das escolas pesquisadas e 3 (38 %) afirmaram que tem conhecimento que a temática está incluída nos PPPs.

Questão 7: Você já participou de algum curso sobre educação alimentar?

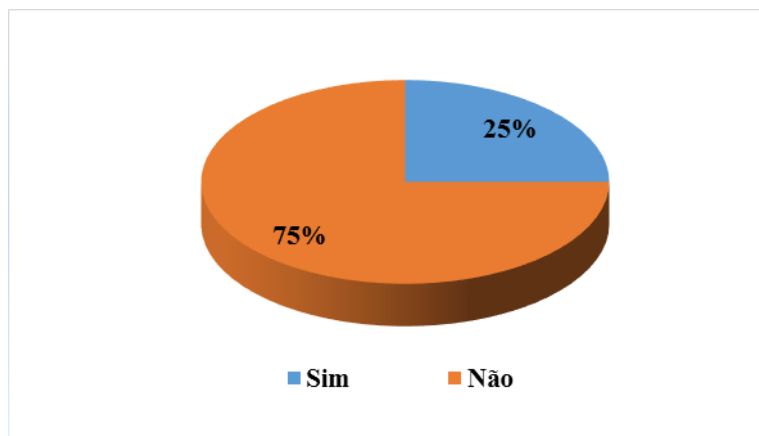


Gráfico 6 – Participação dos gestores em cursos sobre educação alimentar

No Gráfico 6, verificou-se que a resposta da maioria dos gestores, 6 (75 %), foi negativa, e 2 (25 %) já participaram de cursos acerca da temática sobre Educação Alimentar. É muito importante que os gestores participem de cursos sobre educação alimentar, visando um melhor entendimento sobre essa questão na escola, pois é uma alimentação equilibrada e hábitos de vida saudáveis são fundamentais para a saúde e conseqüentemente para o melhor desempenho dos alunos em sala de aula.

Questão 8: Você conhece os princípios de gestão democrática?

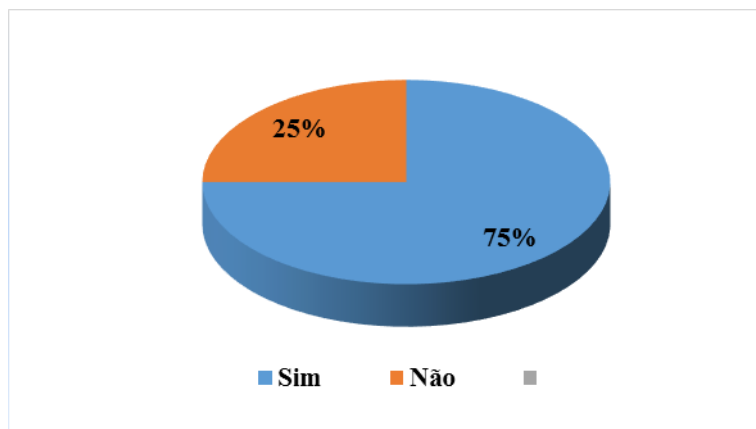


Gráfico 7 – Conhecimento dos princípios da gestão democrática nas escolas

No Gráfico 7, nota-se que 6 (75%) gestores escolares conhecem os princípios da gestão democrática nas escolas e 2 (25 %) não conhecem. É uma questão relevante, pois a gestão escolar deve estar pautada pelos princípios democráticos e participativos, em prol da melhoria do ensino e qualidade da educação.

Questão 9: Você aplica os principais fundamentos que regem uma gestão escolar democrática?

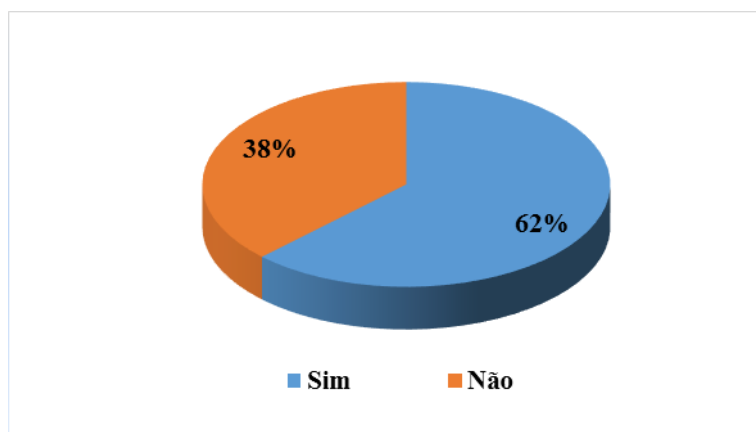


Gráfico 8 – Aplicação dos princípios fundamentais que regem uma gestão escolar democrática

No Gráfico 8 notou-se que 5 (62 %) dos gestores escolares conhecem os principais fundamentos da gestão escolar democrática nas escolas e 3 (38 %) desconhecem. Sabe-se que a gestão escolar democrática deve ser conhecida por todos

da escola e da comunidade escolar, pois é através da participação que a gestão democrática é realizada de fato. A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) em todos os aspectos da organização da escola.

Questão 10: Existem reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares?

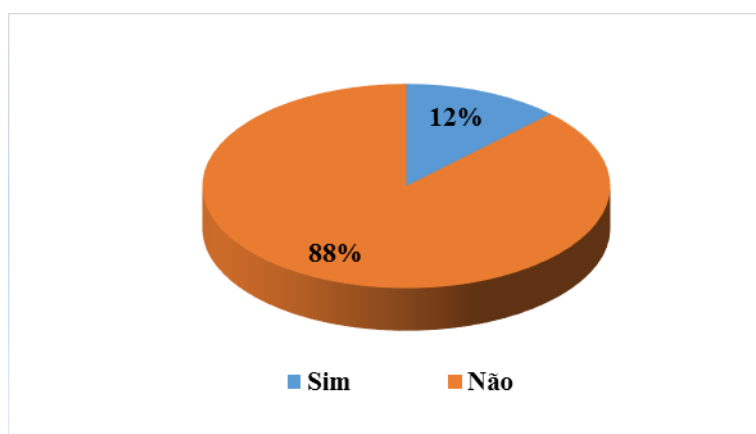


Gráfico 9 – Existência de reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares

No Gráfico 9 notou-se que 7 (88 %) gestores não existem reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto com os conselhos escolares e 1 (12 %) disseram que sim. Estes dados demonstraram que os conselhos escolares não estão sendo convocados para participar da gestão escolar no tocante à temática Gestão Escolar. Sabe-se que os conselhos escolares são instâncias muito importantes nas escolas, pois quando implantados e atuantes proporcionam espaços de empoderamento da comunidade escolar e tem função primordial na gestão escolar.

4.2 Análise dos questionários aplicados aos supervisores

Faixa etária		Sexo		Formação Superior			Experiência profissional				Tem Curso de Gestão Escolar	
30 a 40 anos	40 a 50 anos	Fem	Masc	Graduação	Especialização	Sem Graduação	02 anos	03 anos	04 anos	05 anos	Sim	Não
05 (62,5 %)	03 (37,5 %)	08 (100 %)	00	07 (86 %)	01 (14 %)	00	02 (28 %)	02 (28 %)	04 (44 %)	00	05 (62,5 %)	03 (37,5 %)

Quadro 3 – Caracterização dos supervisores

A análise do Quadro 3 evidenciou que apenas 05 (62,5 %) supervisores possuem curso de gestor escolar e 03 (37,5 %) não possuem, demonstrando que a maioria dos supervisores se interessaram pelos conhecimentos específicos na área de gestão escolar. Quanto à experiência profissional, apenas 04 (44 %) supervisores possuem experiência profissional de 04 anos.

Questão 1: Qual a sua percepção sobre Educação Alimentar no ambiente escolar?

Supervisor 1: *É uma educação que visa mostrar à comunidade e dar os benefícios de uma alimentação adequada e até mesmo suprir uma alimentação que em casa não tem;*

Supervisor 2: *Na minha visão está bem;*

Supervisor 3: *Deve ser saudável, de qualidade e com todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento das crianças;*

Supervisor 4: *Sim;*

Supervisor 5: *Razoável, atende à clientela nas suas necessidades;*

Supervisor 6: *É importante que os alunos possam frequentar a escola, pois muitos vivem em situação de pobreza.*

Nas respostas acima, os resultados apontaram para um conhecimento superficial, pois a Educação alimentar vai muito mais além do simples incentivo para que o educando possa ir à escola, mas se faz necessário ter um entendimento mais profundo que pode ser aprofundado a partir de estudos sobre nutrição e os fatores condicionantes para a boa saúde.

Questão 2: Você tem conhecimento sobre as políticas federais de Educação alimentar nas escolas públicas?

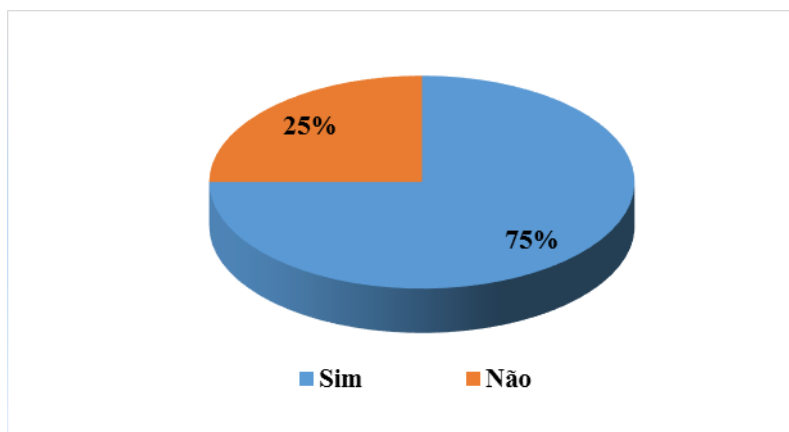


Gráfico 10 – Conhecimento dos supervisores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas

O Gráfico 10 demonstra que 6 (75%) dos supervisores conhecem as políticas federais de educação alimentar e somente 2 (25%) disseram não conhecer as políticas federais de educação alimentar. Tais resultados demonstram que a maioria dos supervisores possui conhecimento sobre a temática educação alimentar.

Questão 3: Você tem conhecimento sobre as Políticas Públicas municipais de educação alimentar nas escolas?

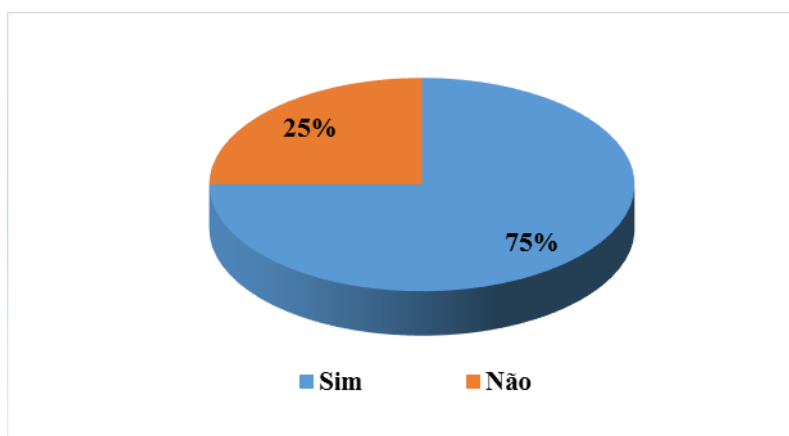


Gráfico 11 – Conhecimento das políticas públicas municipais desenvolvidas no município de Raposa /MA para educação alimentar nas escolas

No Gráfico 11 acima, 6 (75%) dos entrevistados possuem conhecimento sobre as políticas municipais sobre educação alimentar, contra 2 (25%) que desconhecem tais políticas. É muito importante que a maioria dos supervisores conheça

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

a temática, pois assim poderão atuar de forma mais eficiente em busca da implantação da educação alimentar nas escolas.

Questão 4: Qual a importância da educação alimentar no currículo escolar?

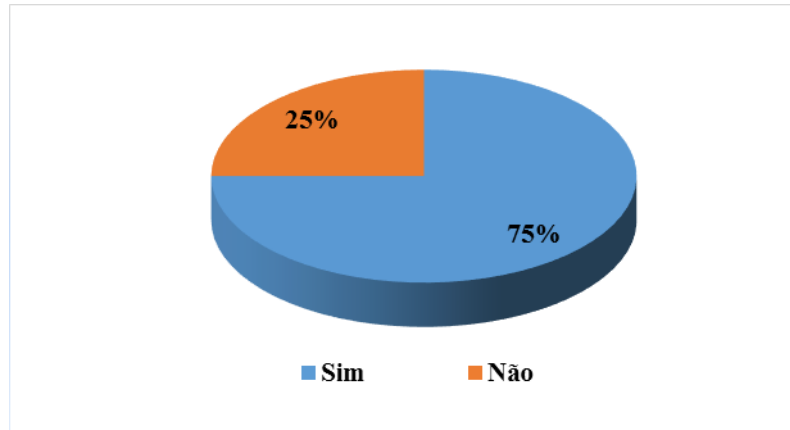


Gráfico 12 – Importância da educação alimentar no currículo escolar

A análise Gráfico 12 demonstrou que 6 (75%) dos supervisores acreditam que é importante a implementação da temática educação alimentar no currículo e 2 (25%) acham não ser relevante. Sabe-se que é através da educação alimentar é que as crianças conhecem a importância de ter uma alimentação equilibrada para a manutenção da saúde.

Questão 5: Qual o seu conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP?

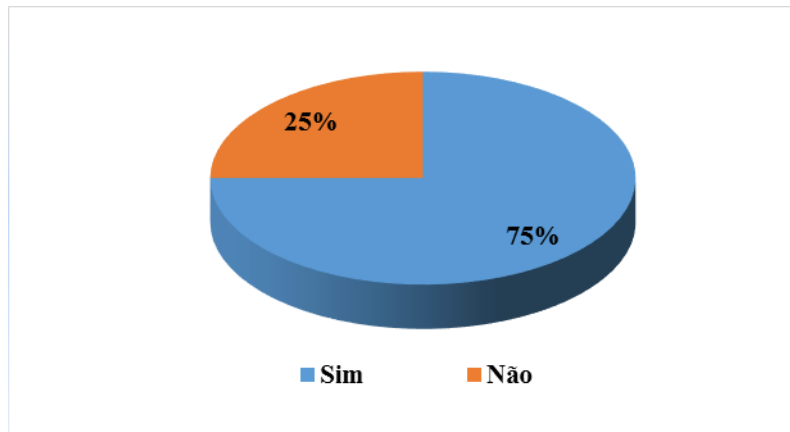


Gráfico 13 – Conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP

A análise do Gráfico 13 demonstrou que 6 (75%) dos supervisores responderam ter conhecimento da importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP e 2 (25%) não tem o conhecimento. O desconhecimento demonstra que a temática não está sendo trabalhada de forma igual em todas as escolas pesquisadas.

Questão 6: Você sabe se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP da escola?

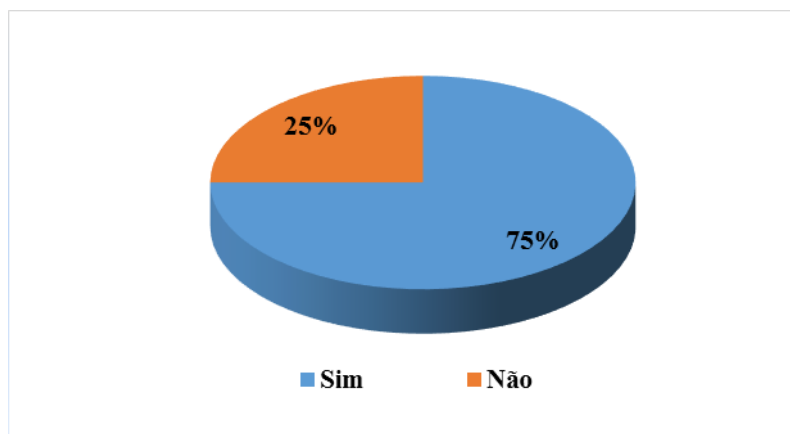


Gráfico 14 – Conhecimento sobre se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP das escolas

No Gráfico 14, 6 (75%) dos supervisores responderam que a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP das escolas e 2 (25%) responderam negativamente. Seria importante que todos os pesquisados conheçam se a temática “Educação Alimentar” está inserida no PPP, tendo em vista que a mesma é importante

para a manutenção da qualidade de vida dos alunos, que conhecerão sobre a importância de se ter hábitos alimentares saudáveis e outros assuntos.

Questão 7: Você já participou de algum curso sobre educação alimentar?

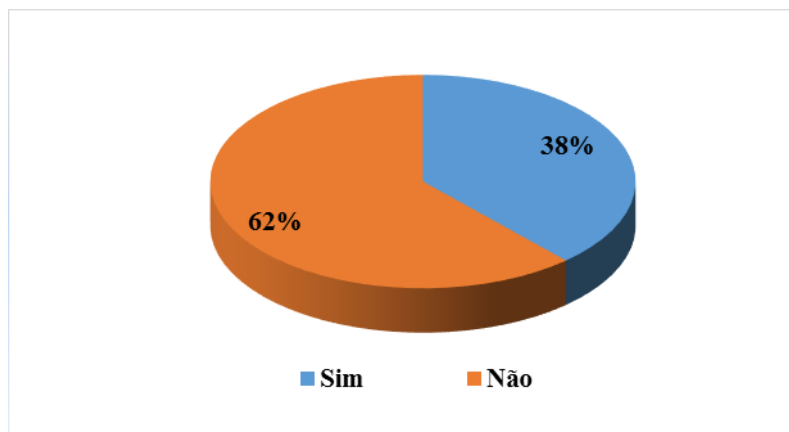


Gráfico 15 – Participação dos supervisores em cursos sobre Educação Alimentar

A análise do Gráfico 15 demonstrou que 5 (62 %) dos supervisores não possuem cursos sobre educação alimentar e apenas 3 (38 %) possuem. É relevante esclarecer que a educação alimentar é tema relevante no âmbito escolar, pois através de uma cultura alimentar dentro de parâmetros de uma boa ingestão de alimentos, garante um melhor desenvolvimento educacional aos alunos, além de garantir-lhes uma melhor saúde e qualidade de vida.

Questão 8: Você conhece os princípios de gestão democrática?

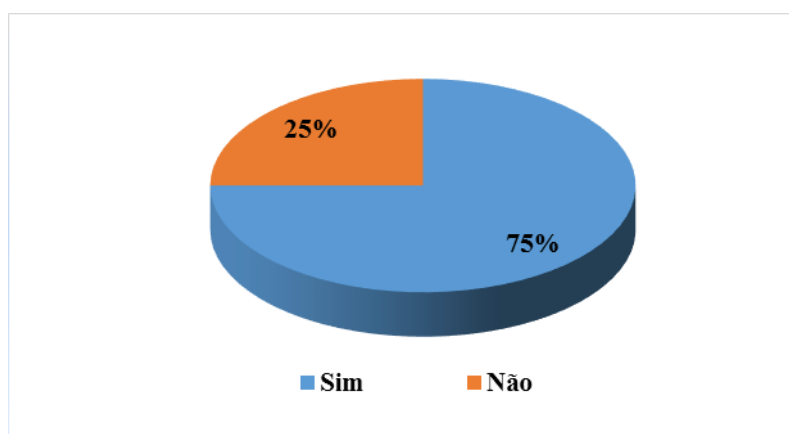


Gráfico 16 – Conhecimento dos princípios de gestão democrática na escola

O Gráfico 16 revelou que a maioria dos supervisores 6 (75%) conhecem os princípios de gestão democrática na escola e 2 (25%) não conhecem. Acredita-se que é necessário o conhecimento contínuo por parte dos supervisores no sentido de estarem desenvolvendo novas estratégias envolvendo a educação e dentre elas está o processo de gestão escolar democrática, que deve ser sempre inovado, conforme o desenvolvimento da sociedade e da necessidade de se administrar a escola de maneira a compartilhar as responsabilidades, bem como implantar estratégias, que serão executadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, enfatizando também a importância da educação alimentar no processo.

Questão 9: Você aplica os principais fundamentos que regem uma gestão escolar democrática?

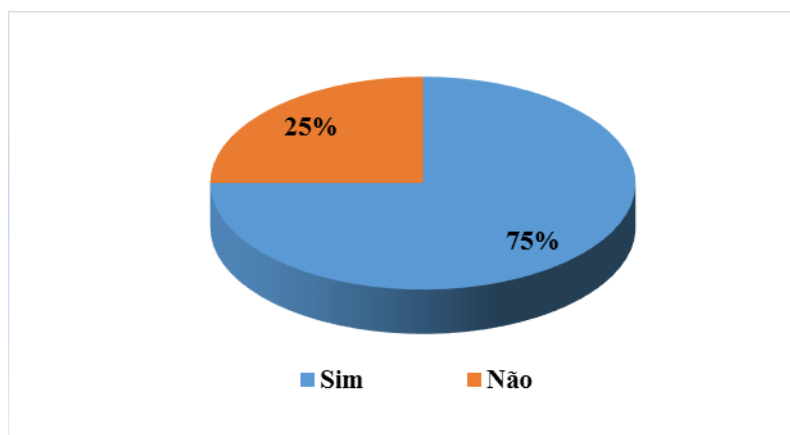


Gráfico 17 – Aplicação dos princípios fundamentais que regem uma gestão escolar democrática

O Gráfico 17 revelou que 6 (75 %) supervisores citaram que aplicam os principais fundamentos da gestão escolar democrática nas escolas e 2 (25 %) não os utilizam. Notou-se que a aplicação dos fundamentos de gestão escolar é aplicada pela maioria dos supervisores nos processos de gestão escolar, sendo ainda necessário que haja maiores debates acerca da temática nas escolas pesquisadas, pois ainda existem 2 supervisores que não aplicam os princípios de gestão democrática.

Questão 10: Existem reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares?

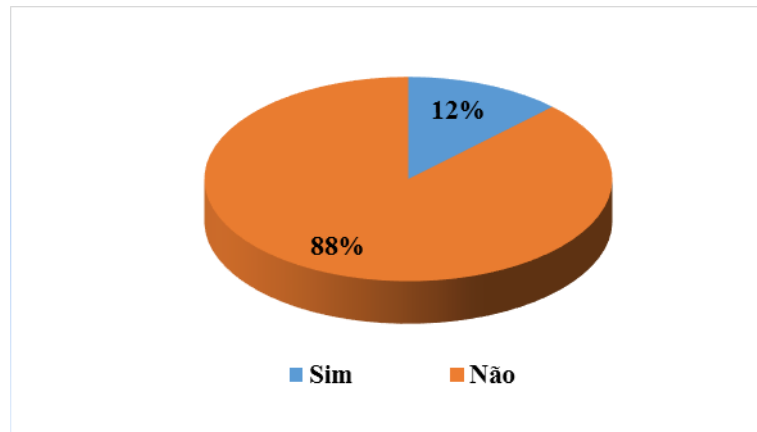


Gráfico 18 – Existência de reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares

A análise do Gráfico 18 demonstrou que 7 (88%) dos supervisores disseram que não existem reuniões e debates envolvendo a temática educação alimentar e apenas 1 (12%) disseram que sim. Os dados evidenciaram que há um grande déficit de reuniões e debates sobre a temática em questão. Sabe-se que através de reuniões e debates, os supervisores podem expor as problemáticas existentes nas escolas e, assim, alcançarem, juntos, um processo de melhoria das atividades escolares.

4.3 - Análise dos questionários aplicados aos professores

Faixa etária		Sexo		Formação Superior			Experiência profissional				Tem Curso de Gestão Escolar	
30 a 40 anos	40 a 50 anos	Fem	Masc	Graduação	Especialização	Sem Graduação	02 anos	03 anos	04 anos	05 anos	Sim	Não
14 (87,5 %)	2 (12,5 %)	15 (93,75 %)	1 (6,25 %)	5 (31,25 %)	11 (68,75 %)	0	1 (6,25 %)	3 (18,75 %)	10 (62,5 %)	2 (12,5 %)	1 (6,25 %)	15 (93,75 %)

Quadro 4 – Caracterização dos professores

A análise do Quadro 4 evidenciou que 15 (93,75 %) professores não possuem curso de gestão escolar, sendo que apenas 01 (6,25 %) possui curso na área. Entretanto, 11 (68,75 %) professores possuem curso de especialização em outras áreas e 05 (31,25 %) não possuem nenhum curso de especialização. Quanto à experiência profissional, 10 (62,5 %) possuem 04 anos de experiência e apenas 02 (12,5 %) possuem experiência profissional de 05 anos. Evidencia-se que os professores necessitam receber cursos de formação de continuada em gestão escolar, tendo em vista

que todos devem conhecer os princípios e participar da gestão escolar, visando a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

Questão 1: Qual a sua percepção sobre Educação Alimentar no ambiente escolar?

Prof. 1: *que o aluno alimentado produz mais, isto porque muitas das vezes os mesmos não têm uma alimentação saudável e que a escola esteja ou se preocupe com esses alunos nesse sentido;*

Prof. 2: *São estudos que têm como base orientações que vem contribuir para algumas ações educativas na alimentação do aluno;*

Prof. 3: *A escola utiliza uma alimentação variada de acordo com os parâmetros PNAE;*

Prof. 4: *Temática de extrema relevância que deve ser discutida sempre. A alimentação deve ser saudável e de qualidade, pois além de nutrir corretamente, auxilia ainda na absorção da aprendizagem;*

Prof. 5: *A educação alimentar tem como objetivo construir uma alimentação saudável, sem deixar de lado o que faz parte da cultura de cada indivíduo, educando para tratar de alimentos saudáveis;*

Prof. 6: *Ter uma alimentação saudável proporciona uma vida longa com uma produção maior;*

Prof. 7: *A alimentação tem que ser saudável e de qualidade para a produção do aluno;*

Prof. 8: *É importante orientar o aluno com ações educativas;*

Prof. 9: *É importante ter uma alimentação variada para se produzir melhor na sala de aula;*

Prof. 10: *Acho que deveria ser mais desempenhado dentro da escola juntamente com o apoio da secretaria;*

Prof. 11: *que tenha merenda escolar de qualidade para os alunos;*

Prof. 12: *A educação alimentar é essencial, que seja desenvolvida tanto em sala de aula como na prática através da merenda escolar servida diariamente para o bem-estar e melhoria da aprendizagem dos alunos;*

Prof. 13: *Para obter uma vida longa e saudável é importante comer bem, por isso a necessidade de educação alimentar, pois a mesma integra essas preocupações;*

Prof. 14: *Ter uma alimentação saudável proporciona uma vida longa, combate doenças como estresse e outras;*

Prof. 15: *O aluno alimentado produz mais;*

Prof. 16: *Que precisa melhorar a alimentação com frutas, verduras e alimentos ricos em proteínas e substâncias.*

Pelas respostas dos professores, observa-se que todos têm o entendimento necessário sobre a temática Educação Alimentar, pois evidenciaram as questões que se

referem à produtividade do aluno, as que se referem à cultura distinta de cada um, a inserção do PNAE, dentre outros aspectos relevantes que possibilitam a melhoria do desempenho, bem como a qualidade de vida do educando.

Questão 2: Você tem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas?

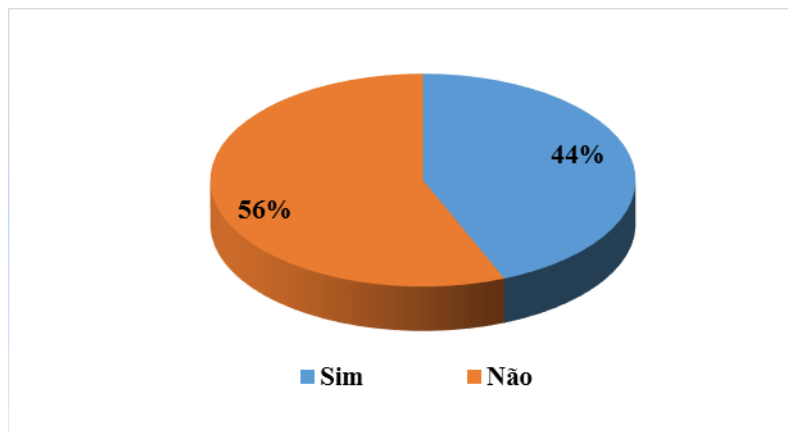


Gráfico 19 – Conhecimento dos professores sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas

No Gráfico 19, 7 (44%) dos gestores têm conhecimento das políticas federais de educação alimentar, enquanto que 9 (56%) não tem. É necessário que, principalmente, que todos estejam ativos quanto ao desenvolvimento das políticas federais relacionadas à educação alimentar, visando a melhoria do processo educacional do país.

Questão 3: Você tem conhecimento sobre as políticas públicas municipais de Educação alimentar nas escolas?

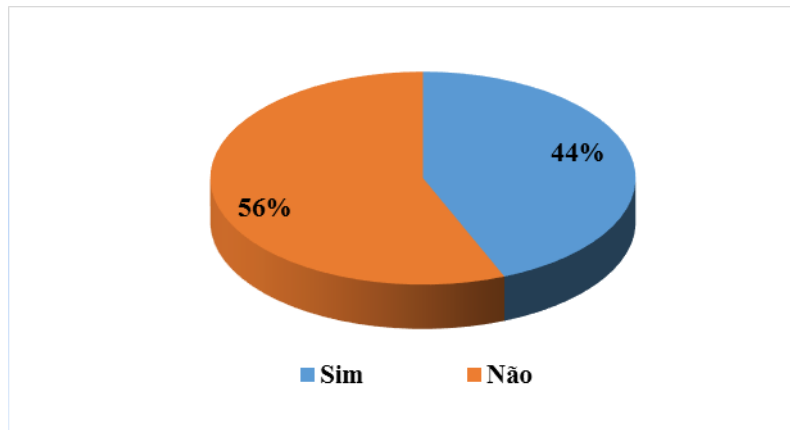


Gráfico 20 - Conhecimento das políticas públicas municipais desenvolvidas no município de Raposa-MA para a educação alimentar nas escolas

A análise do Gráfico 20 demonstrou que 9 (56%) dos professores disseram que não conhecem as políticas municipais de educação alimentar do município de Raposa/MA e 7 (44%) possuem conhecimento a respeito do assunto. É importante que todos os educadores conheçam as políticas municipais relacionadas à educação alimentar, de forma a proporcionar um melhor desenvolvimento educacional dos alunos através do incentivo à adoção de práticas alimentares saudáveis através do desenvolvimento de atividades educativas relacionadas à temática.

Questão 4: Você participou da elaboração do PPP da sua escola?

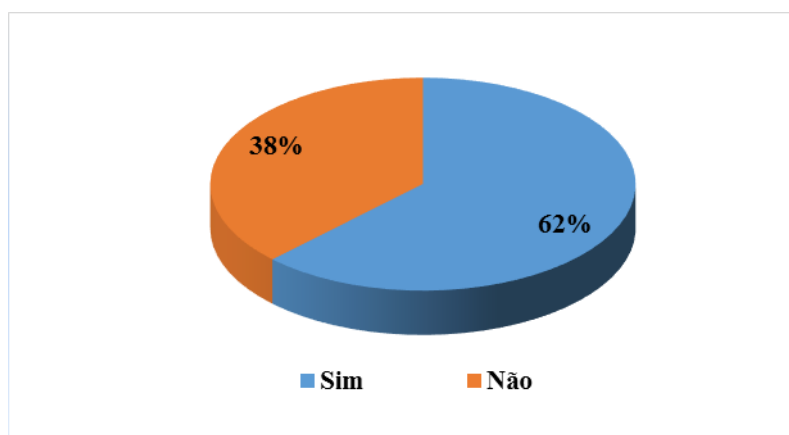


Gráfico 21 – Participação dos professores na elaboração do PPP das escolas

A análise do Gráfico 21 revelou que 10 (62%) dos professores participaram da elaboração do PPP da escola no qual lecionam e 6 (38%) responderam que não

participaram. Sabe-se que o PPP é um importante instrumento de organização do trabalho pedagógico e da gestão democrática. Vale ressaltar que a participação do professor é de fundamental para a elaboração do referido documento, como também é fundamental que todas as temáticas importantes a serem trabalhadas nas escolas sejam incluídas nos seus PPPs.

Questão 5: A Educação alimentar é tema recorrente no PPP da sua escola?

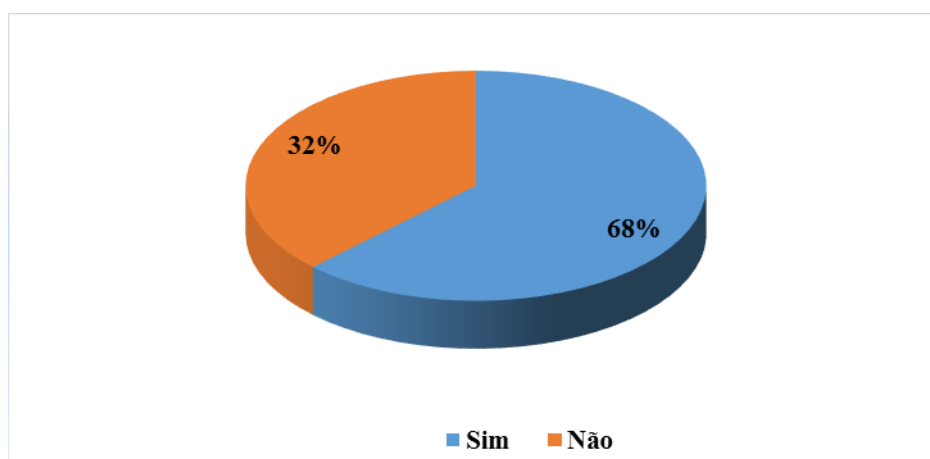


Gráfico 22 – Conhecimento sobre se a educação alimentar é tema recorrente do PPP das escolas

A análise do Gráfico 22 evidenciou que 11 (68%) dos professores afirmaram que a educação alimentar é tema recorrente nos PPPs das escolas e 5 (32%) responderam que não. Entende-se que a elaboração do PPP deve ser matéria recorrente no cotidiano escolar, tendo em vista que a educação alimentar é um tema muito importante, assim, a temática deveria ser trabalhada continuamente nas escolas tendo em vista o desenvolvimento dos alunos em sua plenitude, pois uma alimentação equilibrada proporciona saúde e qualidade de vida, pois quando os professores participam da elaboração do PPP, a escola está de fato fazendo uma gestão democrática. Assim, o PPP se impõe como uma via flexível com o objetivo de se adaptar às necessidades dos educandos.

Questão 6: No seu plano de ensino anual essa temática é contemplada?

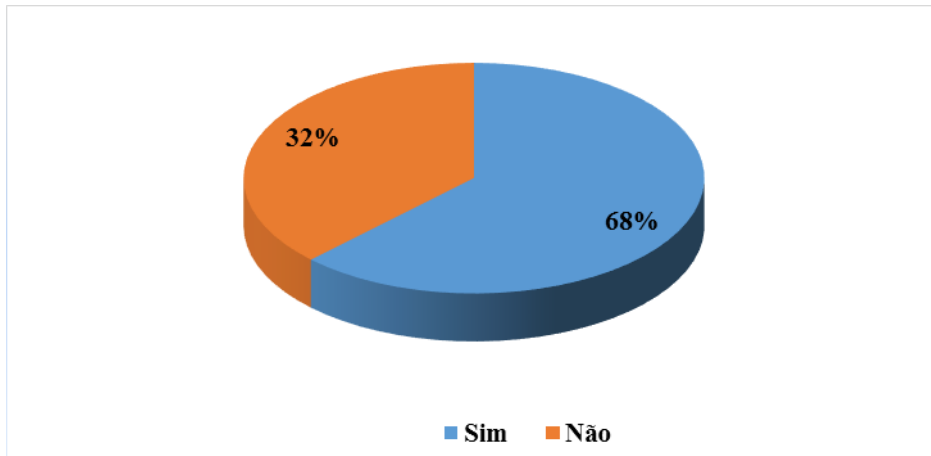


Gráfico 23 – Inserção da temática educação alimentar nos planos de ensino dos professores.

O Gráfico 23 revelou que 11 (68%) dos professores afirmaram que desenvolvem a temática educação alimentar em sala de aula e 5 (32%) disseram que não desenvolveram a temática educação alimentar nas escolas onde lecionam. É muito importante que o professor trabalhe esta temática em sala de aula, mesmo que ele não esteja contemplado no PPP da escola. Ainda é necessário que os gestores escolares (diretores) e supervisores também incentivem e apoiem os professores para que trabalhem o assunto em sala de aula.

Questão 7: Você tem desenvolvido ou desenvolve alguma prática pedagógica específica para a educação alimentar na sala de aula?

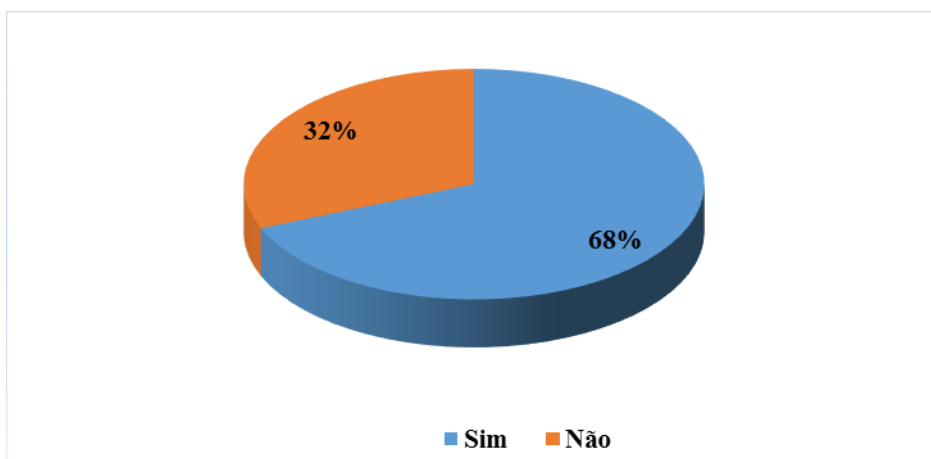


Gráfico 24 – Desenvolvimento de práticas pedagógicas de educação alimentar nas salas de aulas

No Gráfico 24 observou-se que 11 (68%) professores desenvolvem práticas pedagógicas específicas voltadas para a educação alimentar e 5 (32%) não desenvolvem. É importante que o educador seja um profissional proativo, aplicando práticas pedagógicas que possam ir de encontro com as necessidades dos alunos, implicando no conhecimento do professor com as realidades e vivências de cada aluno, unindo, dessa forma, o conhecimento assimilado pelo educando e a sua prática cotidiana no seu contexto familiar e social, proporcionando, desde o início do aprendizado o desenvolvimento da criança para ser um cidadão crítico no futuro.

Questão 8: Quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas em relação à temática educação alimentar?

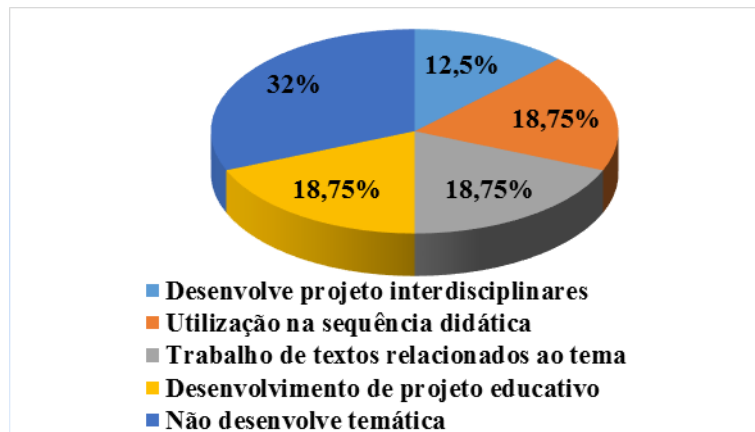


Gráfico 25 – Práticas pedagógicas desenvolvidas em relação à temática educação alimentar

As respostas do Gráfico 25 evidenciaram que 11 (68 %) dos professores desenvolveram a temática educação alimentar através da adoção de práticas pedagógicas como projetos interdisciplinares, sendo que 3 (18,75 %) utilizaram sequencias didáticas, 3 (18,75 %) utilizaram textos relacionados ao tema, 3 (18,75 %) desenvolveram projetos educativos relacionados ao tema e 2 (12,5 %) utilizaram projetos interdisciplinares e apenas 5 (32 %) dos professores não desenvolveram nenhuma prática pedagógica voltada ao tema, pois não deram importância ao mesmo devido ao desconhecimento sobre o assunto.

Questão 9: Em sua opinião, é importante que a educação alimentar seja trabalhada junto aos alunos e a comunidade escolar?

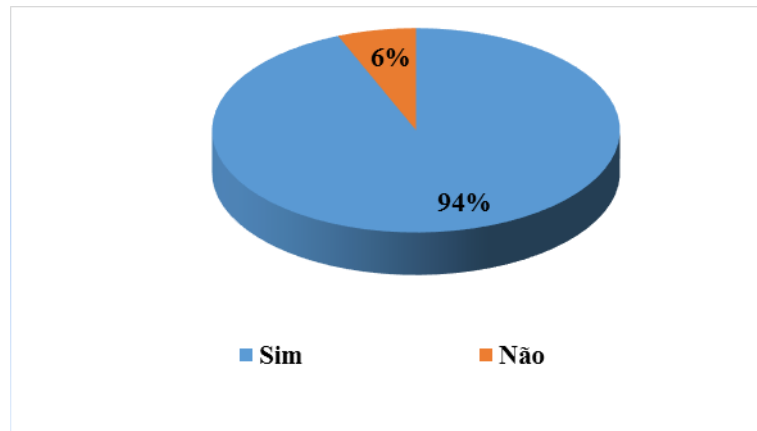


Gráfico 26 – Importância sobre o desenvolvimento do tema “educação alimentar” junto aos alunos e a comunidade escolar

A análise do Gráfico acima demonstrou que 15 (94%) dos professores entendem que desenvolvimento da temática educação alimentar com os alunos e comunidade escolar é muito importante e, 1 (6%) acham que não. Quando alunos e comunidade escolar participam de atividades nas escolas, o conhecimento é muito mais difundido. Quanto à educação alimentar, não é diferente, sendo essencial que as famílias também adotem hábitos alimentares saudáveis, sendo um incentivo para que as mesmas também o façam. Logo, a educação alimentar deve ser de conhecimento de todos, em prol da manutenção da saúde e da qualidade de vida.

Questão 10: Você observa se na gestão escolar da escola há preocupação com a educação alimentar?

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

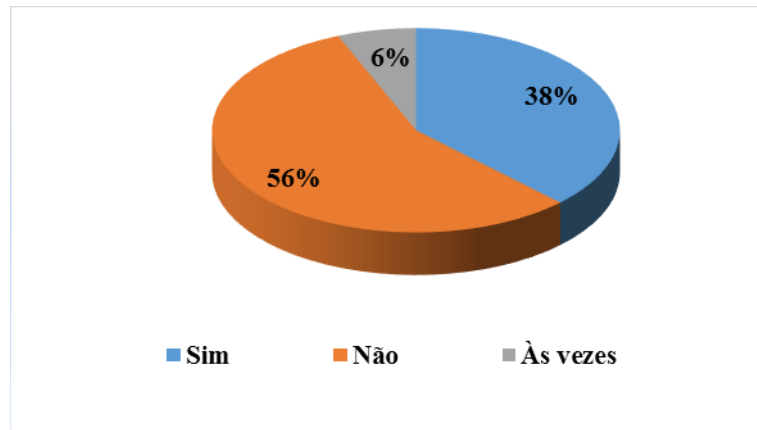


Gráfico 27 – Você observa na gestão escolar da sua escola uma preocupação com a educação alimentar?

O Gráfico 27 demonstrou que 9 (56%) dos professores disseram que não observaram na gestão escolar da escola onde lecionam a preocupação com a temática educação alimentar, 6 (38%) que sim e 1 (6%) às vezes. A maioria dos entrevistados respondeu que os gestores escolares não se preocupam com questão da educação alimentar nas escolas, pois os gestores escolares, por terem muitas preocupações com a gestão administrativa da escola, relegam a um segundo plano a questão da gestão escolar da educação alimentar.

V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao realizar o levantamento bibliográfico sobre o tema revelou-se que há uma carência de estudos sobre gestão escolar e educação alimentar nas escolas. Existe no Brasil apenas uma tese de dissertação de mestrado sobre o assunto, que foi publicada no ano de 2013, intitulada “A Gestão de Educação Alimentar e Nutricional em uma Escola da Rede Pública Estadual no Município de Feira de Santana – Bahia”, de autoria de Áurea de Oliveira Dias.

Segundo Dias (2013, p. 34), no Brasil observa-se que existe uma lacuna no que diz respeito a estudos que aprofundem mais sobre o assunto, especialmente no que se refere às atribuições da gestão, do planejamento, da execução e avaliação das ações de EAN no âmbito escolar.

Este trabalho de pesquisa levantou dados sobre a gestão escolar na Educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental em escolas públicas do município de Raposa, no Estado do Maranhão, visando esclarecer de que forma gestores escolares, supervisores escolares e professores trabalham com esta temática e qual grau de importância dão à mesma, dentre outros resultados encontrados.

Quanto ao conhecimento das políticas federais de educação alimentar nas escolas, como o PNAE, a maioria dos gestores escolares (75 %) e supervisores escolares (75%) conheciam e 25% de cada grupo não conheciam, quanto aos professores, 56 % afirmaram que não conheciam e 44% conheciam, evidenciando que entre a maioria dos professores não possuem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas e que não conhecem as estratégias do PNAE, que foram estabelecidas pelo governo federal, sendo um fator agravante por conta de ser uma política pública importante para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas.

Dias (2013, p. 82) entrevistou 17 professores no município de Feira de Santana no Estado da Bahia, sendo que todos desconheciam a existência de projetos de

EAN nas escolas e 12 professores não conheciam as políticas públicas de EAN e 05 as conheciam de parcialmente, demonstrando, assim, que a falta de projetos de EAN e o desconhecimento de políticas de EAN é uma realidade em outros municípios brasileiros. Na mesma pesquisa, 15 professores também acharam é muito importante que haja projetos de EAN na escola e 02 que são importantes.

Quanto a presença da temática educação alimentar nos PPPs das escolas, houve uma contradição entre as respostas dos gestores escolares e supervisores, sendo 75% dos supervisores disseram que sim e 25% disseram que não e apenas 38% dos gestores disseram sim e a grande maioria, 62 %, disseram que não.

Entende-se que, através de um PPP consistente, será possível responder às ações necessárias e aplicá-las para as questões mais importantes de uma escola, definindo a organização do trabalho escolar com a escolha dos temas mais relevantes a serem trabalhados nas escolas, utilizando metodologias mais adequadas nos processos de ensino e de aprendizagem.

No dizer de Libâneo (2014, p. 121):

Um Projeto Político Pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores. É o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Quanto ao conhecimento dos princípios da gestão democrática, 75 % dos gestores e supervisores conhecem e apenas 25 % desconhecem. Em relação à existência de reuniões e debates com os conselhos escolares sobre a temática educação alimentar, a maioria dos gestores e supervisores, 88 % de cada grupo, disseram que não existem reuniões ou debates para discutir o tema com os conselhos escolares, demonstrando que a maioria dos conselhos escolares ainda não foi convocado para discutir o tema.

A maioria dos professores pesquisados, 62 %, revelaram que participou da

elaboração do PPP da escola onde trabalha e 38% disseram que não. Pôde-se concluir que a gestão democrática não está sendo realizada em todas as escolas pesquisadas, tendo em vista que todos os professores deveriam participar da elaboração do PPP.

A maioria dos professores, 56 %, revelaram que não observaram a preocupação dos gestores escolares com a temática educação alimentar, 38% que sim e 6% que às vezes. É muito importante que os gestores escolares e supervisores conheçam e apoiem o desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas ao tema, porém os professores não percebem a importância que os mesmos dão ao tema.

A maioria dos professores, 94%, entenderam que desenvolvimento da temática educação alimentar com os alunos e comunidade escolar é muito importante e apenas 6% disse que não.

Vale ainda ressaltar que a maioria dos professores, 68 % incluíram a temática educação alimentar em seus planos de ensino e desenvolveram práticas pedagógicas relacionadas ao tema e apenas 32 % não incluíram a temática nos seus planos de ensino e também não desenvolveram práticas pedagógicas, pois não sabiam sobre a temática e por isso não deram a devida à mesma.

Este estudo também revelou que 56% os professores não possuem conhecimento sobre as políticas federais e municipais sobre educação alimentar, expondo, assim, que é necessário que haja projetos de capacitação para os professores, tendo em vista a grande importância do tema para a comunidade escolar.

Por tudo que foi exposto, elaborou-se uma proposta de um projeto de intervenção, que será exposta a seguir, visando-se contribuir para a melhoria da gestão escolar na educação alimentar das escolas pesquisadas.

VI - PROPOSTA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Tendo em vista a análise dos dados da pesquisa realizada nas escolas públicas municipais do município de Raposa, no Estado do Maranhão, observa-se que é necessário que a educação alimentar, sendo um tema de grande importância para a manutenção da saúde dos alunos, seja um tema mais trabalhado nas escolas, tendo em vista também uma gestão escolar democrática com a efetiva participação de toda comunidade escolar.

A presente proposta de projeto de intervenção tem como objetivo inserir no ambiente escolar uma discussão permanente que estimule pensar sobre a adoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, através de ações educativas sobre alimentação. Para tanto, é necessário que a temática faça parte do desenvolvimento de cada unidade educacional.

Nesse sentido, Veiga (2015, p. 13) afirma que: “(...) o Projeto Político Pedagógico (PPP), como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade que não é descritiva ou de constatação, mas é constituída”.

Outro aspecto a ser considerado, no tocante à gestão democrática, é uma consequente reelaboração do PPP de cada escola com a participação da comunidade escolar da qual ela faz parte, tendo em vista que não basta uma participação formal, mas, sim, um envolvimento ativo por meio de horas de trabalho, assim como proporcionar fundamentação teórica básica sobre alimentação escolar e educação alimentar para a formação de hábitos saudáveis.

Assim, é relevante que haja a participação do colegiado escolar para a discussão da temática “Educação Alimentar” e sua inserção no cotidiano da escola, principalmente nas práticas em sala de aula.

Esta proposta de intervenção visa preparar os gestores, supervisores e professores para trabalharem com essa temática, conscientizá-los da importância do currículo e dos temas transversais, pois a escola é uma instituição de grande influência na vida das crianças, contribuindo para a saúde e bem-estar dos discentes. Afinal, ela reproduz a sociedade.

Assim, segue uma proposta da estrutura de intervenção.

1. Meses de agosto a setembro – Dia da Saúde

- **Objetivos**

- i) promover discussões com vistas à revisão do PPP de cada escola;
- ii) explicar a importância da Educação Alimentar no PPP;
- iii) promover a capacitação dos docentes, no tocante às práticas da Educação alimentar no currículo.

- **Desenvolvimento**

O contexto contemporâneo, em que a sociedade está inserida, vem sofrendo transformações de maneira expressiva no que tange às questões econômicas, políticas, sociais e culturais, resultantes de um processo dos pressupostos neoliberais e da Globalização e a escola como fonte do saber, deverá estar adequada para possibilitar a melhor estratégia de educação diante dessas questões transformadoras. Isso requer uma reflexão cujas questões norteadoras remetem aos seguintes temas: qual o papel social da escola? De que forma se podem executar estratégias eficazes para a organização do trabalho pedagógico? De que maneira é possível a escola resgatar valores acadêmicos que já não são mais evidenciados por conta da modernidade?

Entende-se que é através de um PPP consistente que será possível responder às ações necessárias e explicá-las para essas questões intrigantes e definir a organização do trabalho escolar, na escolha da metodologia mais adequada nos processos de ensino e de aprendizagem, na organização dos tempos e dos espaços.

O projeto é dividido em 4 etapas, bem estabelecidas, a fim de proporcionar e alcançar os objetivos estabelecidos. São elas:

- i) reelaboração do PPP;
- ii) capacitação dos docentes;
- iii) reunião com pais;
- iv) capacitação das merendeiras.

Temas a serem abordados: Conhecendo o PNAE; O que é o programa?; A escola como promotora de hábitos saudáveis e políticas públicas de alimentação e nutrição.

Quanto as estratégias, serão utilizados vários recursos com objetivos de tornar os momentos interessantes e estimulantes:

- i) textos;
- ii) slides;
- iii) músicas;
- iv) vídeos.

Assim, Paro (2016, p. 15):

Que gestão democrática da escola implica necessariamente na participação de toda população escolar e em torno como o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante.

2. Meses de Setembro a outubro – Reunião docente

- **Objetivos**

- i) promover a formação do docente com vista a inserção da temática de Educação Alimentar nas práticas da sala de aula.

- **Desenvolvimento**

O Encontro será realizado de 15 a 15 dias (quinzenalmente), na própria escola. Na oportunidade que será discutida a temática de Educação Alimentar, e a interdisciplinaridade na sala de aula.

Temas a serem trabalhados:

- i) alimentação Escolar e Saúde;
- ii) conceito de alimentação saudável;
- iii) construção da Pirâmide Alimentar;
- iv) programa Nacional de Alimentação Escolar Nutricional.

É necessário que haja a Educação Alimentar na escola e na família para que o indivíduo possa desfrutar de uma vida saudável, tendo em vista que a saúde física e mental depende do estado de nutrição de cada indivíduo.

O objetivo da Educação Escolar está concentrado no alvo de garantir o acesso às informações para a obtenção de uma dieta balanceada que conduza a um bom estado de saúde (Figura 02). Utiliza-se de pedagogias dominantes que consideram a sociedade harmoniosa, sendo a fome e a miséria os desvios de uma norma geral. A Educação, nesses termos, é utilizada como uma forma homogeneizadora da sociedade.

Macro e Micronutrientes/Energia	Recomendado (PNAE)	Encontrado (média)	Percentual de Adequação (%)
Calorias (kcal)	350	264,01	75,43
Carboidratos (g)	48,10	39,80	82,74
Proteínas (g)	9	10,89	120,33
Lipídeos (g)	13,50	40,40	299,25
Fibras (g)	3,75	2,06	54,93
Vitamina A (mcg)	41,25	177,86	431,17
Vitamina C (mg)	3,30	7,51	227,57
Ferro (mg)	0,61	2,12	347,54
Cálcio (mg)	120	118,31	98,59

Figura 2 - Informações para a obtenção de uma dieta balanceada.

Fonte: Turano (2015)

Neste sentido, a Nutrição é um dos fatores que mais afeta a saúde do indivíduo, sendo que a ingestão e a quantidade correta dos alimentos seguindo bons

hábitos alimentares durante toda vida proporcionarão um corpo e mente saudáveis (Peckenpaugh e Poleman, 2017).

3. Meses de outubro a novembro – Pais na Escola

- **Objetivos**

- i) inserir os pais na escola;
- ii) discutir as dificuldades da alimentação escolar;
- iii) conscientizar os pais sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis.

- **Desenvolvimento**

A família é o primeiro local onde a criança se depara, através da cultura existente nesse ambiente, com os mais diversos hábitos e, dentre eles está o da alimentação que pode ser saudável ou não e que irá depender de condicionantes econômicos e culturais existentes.

Dessa forma, ao iniciar o seu desenvolvimento com o objetivo de ser um cidadão de mundo, a criança, ao adentrar o ambiente escolar, deverá ter os fundamentos necessários que uma escola eficiente propõe, através do seu PPP para aculturar o educando na forma correta de se alimentar em detrimento dos maus hábitos que porventura possa ter adquirido.

Dessa forma, dentre os aspectos importantes e necessários a serem desenvolvidos no ambiente escolar, está o da alimentação saudável, implicando na escola como um espaço fundamental, do qual os alunos devem ter o privilégio de participar, fazendo parte de seu processo de formação humana. Isso inclui decifrar a realidade da Educação Alimentar apresentada nas escolas, incentivando a exploração de todos os espaços por ela oportunizados para a aprendizagem da saúde e de outros saberes que as desafiam (Monteiro, Mondini & Porkini, 2015).

Temas a serem trabalhados:

- i) alimentação saudável;
- ii) a importância de frutas e verduras.

4. Mês dezembro – Dia da Merendeira

- **Objetivos**

- i) promover a formação para cozinheiras/merendeiras;
- ii) conscientizar da importância de hábitos alimentares saudáveis.

- **Desenvolvimento**

A EAN é um dos caminhos necessários para que se promova a boa saúde e que deve ser levada em conta pela população para um pensar reflexivo sobre o seu comportamento e, a partir disso, se tornar consciente sobre a sua importância, permitindo a transformação e o resgate dos costumes tradicionais. Isso contribui para uma estratégia de vital importância para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais do contexto atual (Rodrigues e Roncada, 2018).

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas constitui-se como um avanço considerável na concretização da EAN. Esse documento tem o propósito de embasar o desenvolvimento de práticas voltadas à reflexão, à valorização das diversidades e resgate da cultura alimentar; é garantia da segurança alimentar, formação de conhecimentos, entre outras ações que promovam a alimentação saudável (Brasil, 2012).

Temas a serem trabalhados:

- i) merenda Escolar;
- ii) cardápios;
- iii) reaproveitamento de alimentos;
- iv) higienização;
- v) técnicas de resfriamento, congelamento e descongelamento;
- vi) horta escolar.

VII – CONCLUSÕES

A alimentação saudável é uma questão de saúde pública e deve ser um tema muito importante na vida das pessoas, sendo que é através da educação alimentar que as pessoas adquirem os conhecimentos necessários para o entendimento do assunto. Por isso, a educação alimentar deve ser iniciada com as crianças, pois os bons hábitos alimentares devem ser iniciados desde a infância, sendo também responsabilidade das escolas e das famílias.

A promoção de uma alimentação saudável deve ser iniciada primeiramente nas escolas e deve ter também a participação das famílias, através da adoção de políticas públicas específicas para esta finalidade, visando garantir uma boa saúde para as crianças. Vale ressaltar que a educação alimentar também foi contemplada como tema transversal no livro Parâmetros Curriculares Nacionais, no volume Saúde, revelando a preocupação com a temática alimentação saudável e que esta deve ser trabalhada nas escolas, visando a promoção da saúde e desenvolvimento das crianças.

Sabe-se que a Constituição Federal cita a importância da gestão democrática nas escolas e a LDB nº 9.394/9 e também cita a importância da participação da comunidade escolar na elaboração do PPP. A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as ações dos gestores escolares em relação à educação alimentar no 5º ano das escolas de ensino fundamental no município de Raposa, Maranhão, Brasil e qual a percepção dos gestores escolares, supervisores e professores sobre a temática.

Este estudo tratou-se de uma pesquisa de campo, tipo descritiva, com enfoque qualitativo e quantitativo e utilizou a aplicação de questionários com gestores escolares, supervisores e professores das escolas pesquisadas, como também foi realizada uma observação sistemática.

Os dados levantados evidenciaram que os gestores escolares e supervisores conhecem as políticas federais e municipais relacionadas à educação alimentar e os princípios e fundamentos da gestão democrática e citaram que a educação alimentar está

inserida nos PPPs das escolas. Entretanto, a maioria dos professores não conhecem as políticas federais e municipais relacionadas à temática.

Os gestores escolares e supervisores também reconheceram a importância da inclusão da temática educação alimentar nos PPPs, assim como a inclusão da temática nos currículos escolares, como tema transversal, entretanto a maioria nunca participou de nenhum curso sobre educação alimentar.

A maioria dos gestores escolares e supervisores disseram que não foram realizadas reuniões ou debates com a temática educação alimentar com os conselhos escolares, evidenciando que a temática educação alimentar não está sendo compartilhada com toda a comunidade escolar.

Em relação à gestão democrática, a pesquisa revelou que a maioria dos professores participou da elaboração dos PPPs das escolas, como também incluíram a temática educação alimentar nos planos de ensino e realizam práticas pedagógicas diversificadas para trabalhar a temática com os alunos.

É necessário que nas escolas a educação alimentar seja inserida nos PPPs, através da gestão escolar democrática e participativa, e que também que seja incluída nos currículos escolares como tema transversal a ser trabalhado de forma interdisciplinar, visando a ampla difusão de conhecimentos sobre o tema, demonstrando aos alunos e a toda comunidade escolar a importância da temática para a promoção da saúde das crianças e dos demais alunos.

Por fim, destaca-se que ainda há muito caminho a ser percorrido no sentido de promover uma maior conscientização sobre a importância da temática “Educação Alimentar” nas escolas, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Precisa-se que a gestão escolar na educação alimentar seja realizada efetivamente em todas as escolas, de forma democrática e participativa com a colaboração dos gestores escolares, supervisores, professores, enfim, de toda a comunidade escolar.

Espera-se que esta pesquisa contribua positivamente com a temática

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

educação alimentar nas escolas e que novos trabalhos sobre o assunto sejam realizados, a fim de que a educação alimentar seja, de fato, um tema recorrente no cotidiano da gestão escolar, tendo em vista sua relevância para a promoção e manutenção da saúde dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accioly, E. (2018). A escola como promotora da alimentação saudável. *Ciência em Tela*, v. 2, n. 2.

Acuña, K., Cruz, T. (2014). Avaliação do Estado Nutricional de Adultos e Idosos e Situação Nutricional da População Brasileira. *Arq Bras Endocrinol Metab.* v. 48, n. 3, jun. [Em linha]. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/abem/v48n3/a04v48n3.pdf>. [Consultado em 30 abr., 2018].

Amaral, C.M.C. (2018). Educação alimentar. *FMPB*. [Em linha]. Disponível em: <www.fmpb.org.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=6>. [Consultado em 15 jun., 2018].

Batista, F. M., Rissin A. (2018). A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Caderno de Saúde Pública*. 19 (Suppl1:S181-91).

Belik, W., & Chaim, N. A. (2009). O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, v. 22, n. 5, 595-607. [Em linha]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-5273200900050000>. [Consultado em: 28 abr., 2018].

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília.

_____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Senado Federal.

_____. (2009). Ministério da Saúde. *Saúde da criança - nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 112 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).

_____. (2010). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde*. Brasília, 2010. [Em linha]. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. [Consultado em: 30 jun., 2018].

_____. (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

_____. (2013). Ministério da Saúde. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde. [Em linha]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. [Consultado em: 30 abr., 2018].

_____. (2018). Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde. [Em linha]. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>. [Consultado em: 20 jul., 2018].

Brito, A. R. P. (2017). *LDB da “Conciliação” possível à Lei “Proclamada”*. Belém: Graphitte.

Calvo, E. (2013). Sciences sociales, alimentation et développement: images, métaphores et apories. *Revue Tiers Monde*. v. 33, n. 32 pp. 727-742.

Consea. (2004). Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches. In: *Conferência Nacional de Segurança Alimentar*. 2. ed. Olinda. [Em linha]. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/conferencia>. [Consultado em 15 maio, 2018].

Crispim, S.P., Franceschini, S.C.C., Priore, S.E., Fisberg, R.M. (2013). Validação de inquéritos dietéticos: uma revisão. *Nutrire: Rev. Soc. Brás. Alim. Nutr.* v. 26: pp. 127-141.

Cury, C. R. J. (2016). Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: Ferreira, N. S. C. (Orgs.). *Gestão democrática da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez. p. 59.

Danelon, S.A.M., Danelon, S.M., Silva, V. M. (2016). Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 13, n. 1: pp.85-94.

Dartora, N., Valduga, A.T., Venquiaruto, L. (2016). Alimentos e saúde: uma questão de educação. *Vivências, Erechim*. v. 1, n. 3, out. pp.201-212. [Em linha]. Disponível em: <www.reitoria.uni.br>. [Consultado em 16 jun., 2018].

Dias, J. A. (2013). Gestão da escola. In: Menezes, J. G. C. *Estrutura e funcionamento da educação básica*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

Duarte, J.P., Paludo, J., Lemos, J. R. N., Moreira, T. R. (2017). Variação na prevalência de risco nutricional em indivíduos hospitalizados conforme cinco protocolos de triagem nutricional. *Rev Scientia Medica*. . 24, n. 1: pp.26-32.

Façanha, S. H. F. *et al* (2013). Treinamento para manipuladores de alimentos, em escolas da rede municipal de ensino, da sede e distritos do município de Meruoca, Ceará: relato de experiência. *Higiene Alimentar*. v 17, n. 106: p.30-34.

Fernandes, F. M. (2006). *Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES*. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória.

Franques, A.R.M. (2017). *Saber*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.aprendaki.com.br>>. [Consultado em 18 maio, 2018].

Freitas, P. G. (2015). *Saúde um Estilo de Vida. Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares*. São Paulo: IBRASA.

Gadotti, M. (2013). Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para todos, 1. *Anais*. Brasília: MEC.

Gil, A. C. (2015). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.

Gowdak, D., Martins, E. (2016). *Ciência: novo pensar. Edição Renovada*. 7. série/8º ano. 2. ed. São Paulo: FTP.

Hora, D. L. (2014). *Gestão democrática na escola*. Campinas/SP: Papirus.

Libâneo, J. C. (2014). *Organização e gestão na escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.

Libâneo, J. C. (2015). *Organização e gestão na escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.

Lück, H. (2016). *Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores*. Brasília. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/em.../emaberto72.pdf>>. [Consultado em

18 jul. 2018].

Machado, M. A. de M. (2009). Desafios a Serem Enfrentados na Capacitação de Gestores Escolares. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 97-112, fev./jun.

_____. (2015). Políticas e práticas integradas de formação de gestores educacionais. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Gestão educacional: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cenpec. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/em.../emaberto72.pdf>>. [Consultado em 18/7/2018].

Melo, E. D. (2013). O que significa a avaliação do estado nutricional. *Jornal de Pediatria*. 78(5): p. 357. [Em linha]. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/jped/v78n5/7805357.pdf>. [consultado em 19/6/2018].

Miranda, M., et al (2013). Avaliação antropométrica na infância: uma revisão. *Brazilian Journal of Sports Nutrition*. 1(1): p.37-45.

Monteiro, C.A., Mondini, L., Souza, A.L.M., Porkini, B.M. (2015). Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: Monteiro, C. A, (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. São Paulo: HUCITEC. pp. 247-255.

Monteiro, P.H.N., Costa, R.B.L. (2014). Alimentação saudável e Escolas: possibilidades e incoerências. In: _____. Qualidade de vida. *Boletim do Instituto de Saúde*. 32, abr., p.22. [Em linha]. Disponível em: <www.isaude.sp.gov.br>. [Consultado em 02 nov., 2017].

Moratoya, E.E. et al. (2013). Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. *Rev. Pol. Agr.* v. 7, n. 1, Porto Alegre.

Motta, D.G. da, Boog. (1991). M.C.F. *Educação nutricional*. 3.ed. São Paulo: IBRASA.

Organização Mundial de Saúde - OMS. (2004). Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. In: 57ª ASSEMBLÉIA MUNDIAL DE SAÚDE WHA57. 17. [Em linha]. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>>. [Consultado em 15/6/2018].

Padilha, P. R. (2014). *Planejamento dialógico: como construir o projeto político*

pedagógico da escola. São Paulo: Cortez.

Paro, V.H. (2016). *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortêz.

Paula, D.V. (2013). Avaliação nutricional e padrão de consumo alimentar entre crianças beneficiárias e não beneficiárias de programas de transferência de renda, em escola municipal do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2012. *Rev. Saúde Pública*. 47(6): dez.

Peckenpaugh, N.J., Poleman, C. M. (2017). *Nutrição: essência e dietoterapia*. 7. ed. São Paulo: Roca. 589 p.

Peixinho, A. (2017). Direito humano a alimentação adequada. *Revista Nutrição Profissional*, v. 2, n. 56.

Pipitone, M.A.P. A relação saúde educação na Escola de 1º grau. *Rev. Alim. Nutr.*, v. 65, p. 48-52, 1994.

Ramos, P.F., Santos, S.A.L., Reis, C.B.A. (2013). Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cad. Saúde Pública*. 29(11): pp. 2147-2161, nov.

Rodrigues, L. P.F., Roncada, M. J. (2018). Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolares. *Comunicação e Ciências da Saúde*. 19(4): pp. 319-322. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dominioprovisorio.net.br/pesquisa/revista/2008Vol19_4art04educacaonutricional.pdf>. [Consultado em 24/11/2017].

Sabry, M. O. D., *et al* (2017). Estado Nutricional de Escolares de um Bairro da Periferia da Cidade de Fortaleza- Ceará. *Nutrição em Pauta*. 15(84), pp. 25-28, jun.

Santos, A. (2015). A inserção do nutricionista na estratégia da saúde da família: O olhar de diferentes trabalhadores da saúde. *Fam. Saúde Desenv.*, 7(3), pp.257-265, set./dez.

Santos, A., Leão, L. (2018). Perfil antropométrico de pré-escolares de uma creche em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Revista Paulista de Pediatria*. v. 26, n. 3.

Santos, L. C., Horta, P. M. (2014). Obesidade na infância e adolescência: atualidades e desafio. *Nutrição em Pauta*. 15(84), pp. 25-28.

Scarsi, K. (2010). *Estado nutricional e consumo alimentar de um grupo de adolescentes de uma escola pública e uma privada do município de Forquilha (SC)*. 2010 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade do Extremo

Sul Catarinense, UNESC. Criciúma.

Silva, C., Germano, M. I. S., Germano, P. M. L. (2015). Condições higiênico-sanitárias dos locais de preparação da merenda escolar, da rede estadual de ensino de São Paulo, SP. *Higiene Alimentar*. 17(110): pp.49-55.

Silva Júnior, C. (2013). *Ciências: entendendo a natureza, o homem e o ambiente*. São Paulo: Saraiva.

Silva, C.R., *et al* (2010). Consumo Alimentar e Estado Nutricional de Pré-Escolares de um Centro de Educação Infantil do Município de São Paulo. *Alimentos e Nutrição Araraquara*, v. 21, n. 3 pp. 407-414.

Urrestarazu, M., Ribeiro, L., Sigulem, M. (2015). Crescimento pondero-estatural do pré-escolar. *Compacta Nutrição*. v. 1.

Valente, F. L. S. (2017). Do Combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. *R. Nutr. Puccamp*. 10(1), pp. 20-36, jan./jun.

Vasconcellos, C. S. (2015). *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Libertad.

Veiga, I. P. A. (Org.). (2015). *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus.

Vitolo, M. R. (2018). Nutrição: da gestação ao envelhecimento. In: Vitolo, M. R., Campagnolo, P. D. *Fatores determinantes para o excesso de peso em crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Rubio. pp. 339 - 345.

Zancul, M. S. (2014). *Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto*. 2014. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto.

Zveibrücker, F.P., Miraglia, F. (2012). Avaliação do consumo alimentar de pré-escolares frequentadores de EMEIs no Município de Nova Santa Rita, RS. *63 CIPPUS – Revista de Iniciação Científica do Unilasalle*. 1(1), maio.

ANEXOS

Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da investigação sobre “**A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil**”, de responsabilidade da pesquisadora Jenilce Pavão Almeida.

O participante declara que foi informado (a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa que busca conhecer de que forma as Escolas Públicas do Município de Raposa tem efetivado a gestão democrática e participativa.

Tem conhecimento de que responderá a um questionário/entrevista com perguntas pré-estabelecidas que se referem a Gestão Escolar e Educação Alimentar.

O participante receberá resposta a qualquer dúvida sobre essa investigação, além de outros assuntos relacionados à pesquisa. Também foi lhe informado que a avaliação ocorrerá com a monitorização constante do pesquisador, sendo o procedimento interrompido ante qualquer intercorrência adversa. Não haverá nenhum desconforto psicológico ou risco na sua participação na pesquisa.

Declara que concorda com a divulgação dos dados obtidos durante a pesquisa, bem como entende que não será identificado e que se manterá o caráter sigiloso das informações. Também sabe que os dados obtidos serão arquivados e, futuramente, a pesquisa, se possível, publicada para fornecer aos profissionais os dados mensurados. Sabe que terá total liberdade para retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos ou implicações.

Caso tenha dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considerar prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, pode entrar em contato com a pesquisadora Jenilce Pavão Almeida.

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

São Luís, ____ de _____ de 2018.

Nome legível do participante

Assinatura do (a) participante

Nome legível do pesquisador (a)

Assinatura do pesquisador (a)

Anexo 3 - Questionário aplicado aos gestores das escolas

Prezado colega Gestor (a):

Caro colega, este estudo faz parte da minha dissertação para o Mestrado em Ciências da Educação. Assim, como companheiros de profissão que somos, convido-te a colaborar comigo e respondê-lo dentro da sua disponibilidade e conveniência. Meus sinceros agradecimentos.

Nome do Gestor (a): _____

Idade: ____ Sexo: ____ Experiência Profissional: ____ Tem curso de gestão escolar ____

Formação: Graduação () Graduação com Especialização () Mestrado () Doutorado ()

1 - Qual a sua percepção sobre educação alimentar no ambiente escolar?

2 - Você tem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas?

() Sim () Não

3 - Você tem conhecimento sobre as políticas públicas municipais de educação alimentar nas escolas?

() Sim () Não

4 - Você acha importante a inclusão da temática educação alimentar no currículo escolar?

() Sim () Não

5 - Qual o seu conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP?

() Sim () Não

6 - Você sabe se a temática Educação Alimentar está inserida no PPP da escola?

() Sim () Não

7 - Você já participou de algum curso sobre educação alimentar?

() Sim () Não

8 - Você conhece os princípios da gestão democrática?

() Sim () Não

9 - Você aplica os principais fundamentos que regem uma gestão escolar democrática?

() Sim () Não

10 - Existem reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares?

() Sim () Não

Raposa-MA, ____ de _____ de 2018.

Anexo 4- Questionário aplicado aos supervisores das escolas

Prezado colega Supervisor (a)

Caro colega, este estudo faz parte da minha dissertação para o Mestrado em Ciências da Educação. Assim, como companheiros de profissão que somos, convido-te a colaborar comigo e respondê-lo dentro da sua disponibilidade e conveniência. Meus sinceros agradecimentos.

Nome do Supervisor(a): _____

Idade: ____ Sexo: ____ Experiência Profissional: ____ Tem curso de gestão escolar ____

Formação: Graduação () Graduação com Especialização () Mestrado () Doutorado ()

1 - Qual a sua percepção sobre educação alimentar no ambiente escolar?

2 - Você tem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas?

() Sim () Não

3 - Você tem conhecimento sobre as políticas públicas municipais de educação alimentar nas escolas?

() Sim () Não

4 - Você acha importante a inclusão da temática educação alimentar no currículo escolar?

() Sim () Não

5 - Qual o seu conhecimento sobre a importância da inserção da temática “Educação Alimentar” no PPP?

() Sim () Não

6 - Você sabe se a temática Educação Alimentar está inserida no PPP da escola?

() Sim () Não

7 - Você já participou de algum curso sobre educação alimentar?

() Sim () Não

8 - Você conhece os princípios da gestão democrática?

() Sim () Não

9 - Você aplica os principais fundamentos que regem uma gestão escolar democrática?

() Sim () Não

10 - Existem reuniões e debates sobre a temática educação alimentar junto aos conselhos escolares?

() Sim () Não

Raposa-MA, ____ de _____ de 2018.

Anexo 5 - Questionário aplicado aos professores

Caro Colega! Agradeço por você dentro do seu livre arbítrio, disponibilidade e conveniência optar por fazer parte deste estudo para conclusão de meu Mestrado em Gestão da Educação. Caro colega seu nome não será divulgado em hipótese alguma. Assim, para efeito de análise na presente pesquisa adotaremos um código para cada pessoa pesquisada (professores, gestores e/ou coordenadores).

Nome do professor(a) _____

Idade: ____ Sexo: ____ Experiência Profissional: ____ Tem curso de gestão escolar ____

Formação: Graduação () Graduação com Especialização () Mestrado () Doutorado ()

1 - Qual a sua percepção sobre educação alimentar no ambiente escolar?

2 - Você tem conhecimento sobre as políticas federais de educação alimentar nas escolas públicas?

() Sim () Não

3 - Você tem conhecimento sobre as políticas públicas municipais de educação alimentar desenvolvidas nas escolas do município?

() Sim () Não

4 - Você participou da elaboração do PPP da sua escola?

() Sim () Não

5 - A educação alimentar é tema recorrente no PPP da sua escola?

() Sim () Não

6 - No seu plano de ensino anual esta temática é contemplada?

() Sim () Não

7 - Você tem desenvolvido ou desenvolve alguma prática pedagógica específica para a educação alimentar na sala de aula?

() Sim () Não

8 - Quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas em relação à temática educação alimentar?

- () Desenvolve projeto interdisciplinares
- () Utilização na sequência didática
- () Trabalho de textos relacionados ao tema
- () Desenvolvimento de projeto educativo
- () Não desenvolve temática

9 - Em sua opinião, é importante que a educação alimentar seja trabalhada junto aos alunos e comunidade escolar?

() Sim () Não

10 - Você observa se na gestão escolar da escola há preocupação com a educação alimentar?

() Sim () Não

Raposa-MA ____ de _____ de 2018.

Anexo 6 - Ofícios de apresentação da pesquisadora às escolas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

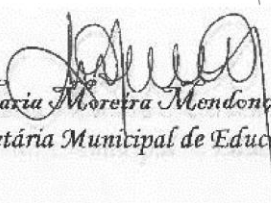
Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.I. Criança Esperança

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente



Zélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

Avenida Principal, s/n - Centro / Raposa - MA

Avenida Principal, s/n - Centro / Raposa - MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

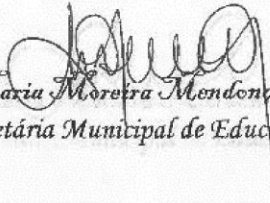
OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.E. Manoel Batista

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente



Zélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98


OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sr. Gestor da U.I. Boa Esperança

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente



Lélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

Avenida Principal, s/n - Centro / Raposa - MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

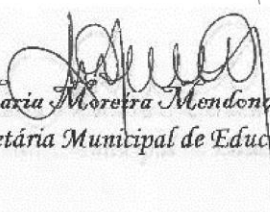
OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.I. Santo Antonio

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente



Lélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

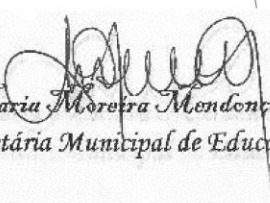
OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.I. Profª Maria Rosa Reis Trindade

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente



Zélia Maria Moreira Mendonça Piroira
Secretária Municipal de Educação

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.E. José Lisboa

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação. Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente



Lélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

Avenida Principal, s/n - Centro / Raposa - MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

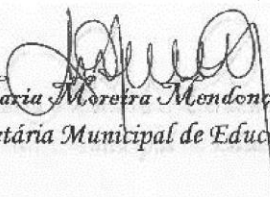
OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.E. Socorro Magalhães

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente



Lélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

A gestão escolar na educação alimentar dos alunos do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil



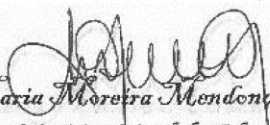
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
CNPJ 01.612.325/0001-98

OFÍCIO Nº 169/2018 - GABSEMED

Raposa (MA), 16 de Maio de 2018.

Sra. Gestora da U.I. Nova Araçagi

Informamos a Vossa Senhoria a Sra. **JENILCE PAVÃO ALMEIDA**, Mestranda em Educação irá proceder pesquisa para fundamentar sua pesquisa da dissertação do Mestrado em Educação. Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente



Zélia Maria Moreira Mendonça Pereira
Secretária Municipal de Educação

Avenida Principal, s/n - Centro / Raposa - MA